

MISSÃO

Aportar recursos estratégicos
para a conservação da biodiversidade

Sumário



Perspectivas



O Funbio



Carta do Presidente



Governança

Quem somos - Membros da equipe em 2013



Áreas Protegidas

Adoção de Parques

Arpa - Áreas Protegidas da Amazônia - Fase II

Compromisso pela Amazônia - Arpa para a Vida

Consolidação das Unidades de Conservação na Região da Terra do Meio

Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro - FMA/RJ

Projeto GIZ Anavilhanas



Apoio a Biomas

AFCoF - Atlantic Forest Conservation Fund

Políticas e Monitoramento do Bioma Cerrado

Programa GEF Mar

Tropical Forest Conservation Act - TFCA



Estudos

Análise dos Incentivos e Financiamento para o Controle do Desmatamento no Brasil

Conservação e Manejo de Polinizadores para uma Agricultura Sustentável por meio de uma Abordagem Ecosistêmica

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para a Melhoria da Nutrição e Bem Estar Humano

Fundo Cidades Sustentáveis

Programa de Investimentos em Florestas dos Fundos de Investimentos em Clima - FIP

Quanto Custa a Consolidação e Manutenção das Unidades de Conservação do Acre?



Territórios Sustentáveis

Bioclima Paraná

Plano de Ação Socioambiental Klabin

Economia Verde na Região Amazônica

Preparando o Brasil para o REDD+

Programa Juruti Sustentável

Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (PROBIO II)



Fundos

Carteira Fauna Brasil

Fundo Kayapó

Fundo Paiter Surui



Redes

CFA - Conservation Finance Alliance

Ecofunds Database

Projeto de Capacitação da RedLAC para Fundos Ambientais



Transparência

Auditoria interna

Auditoria externa



Rede Funbio

Perspectivas

O panorama atual nos leva a aceitar, cada vez com mais convicção, que a deterioração das condições ambientais ameaça o bem-estar de toda a humanidade. Essa mudança de paradigma, que ocorre de forma gradual desde os eventos que resultaram na Eco 92, e mais recentemente na Rio+20, começa a ser levada em consideração por grandes empresas, mesmo que ainda timidamente. O desenvolvimento sustentável parece agora possível, sem que haja uma diminuição de produtividade. Para isso as empresas procuram exemplos e modelos para se redefinirem, já que entenderam que a consciência ambiental é um ativo poderoso também para os negócios.

Nesse contexto, os desafios que levam à conservação da biodiversidade e à valoração da floresta em pé estão cada vez mais alinhados com as responsabilidades a que muitos setores estão aderindo voluntariamente. E nesse rumo, a inovação não só é necessária, como também é o único caminho a seguir. O Funbio quer se colocar no centro dessa geração de ideias sustentáveis e soluções em formas de mecanismos financeiros, capazes de criar o equilíbrio necessário entre produzir e conservar.

O Funbio está prestes a completar 18 anos de existência. Ao longo desse percurso, que contou com lideranças inspiradas e uma equipe compromissada com a execução de nossa missão, a instituição adquiriu ampla experiência em finanças da conservação, desenvolveu novas ideias para operação de projetos, contribuindo para impactos positivos e relevantes na conservação da biodiversidade brasileira. Estamos plenamente conscientes do caminho que já percorremos, mas igualmente conscientes do quanto ainda nos falta percorrer.

O momento atual é de reforçar as bases, fincadas em valores intrínsecos como: transparência, ética e inovação e, reforçadas pelas experiências vividas dentro dos projetos que executamos. Uma das consequências desse aprendizado é a expansão dos trabalhos de aplicação das compensações ambientais (artigo 36 da Lei do SNUC) para os estados do Pará, Rondônia, Amazonas, Amapá e Paraná. O modelo aplicado anteriormente no Rio de Janeiro mostrou-se um exemplo de execução, tanto no apoio direto a 40 Unidades de Conservação (UCs) do estado, quanto no relacionamento transparente construído com as instâncias envolvidas.

Acreditamos que transferir nosso aprendizado a outros fundos agrega ainda mais valor à nossa experiência, já que ser um modelo na conservação faz parte da nossa visão de futuro. Desse modo, a instituição pretende expandir ainda mais sua rede internacional de parceiros por meio do trabalho de capacitação de Fundos Ambientais. Novas parcerias foram consolidadas recentemente na África, com os fundos de Guiné Bissau e Moçambique, disseminando o "DNA" do Funbio para outras culturas, com outros desafios.

O Conselho Deliberativo e equipe têm um novo desafio pela frente que é o de mapear os resultados e difundir o conhecimento criado e aprofundado ao longo desses 18 anos. O que o Funbio faz pela conservação e o que a biodiversidade pode oferecer em termos de novos produtos e serviços, são as respostas que queremos que os nossos públicos conheçam quase que intuitivamente. Nesse novo caminho, o Funbio passará por um esforço de comunicar melhor os seus desafios e os seus sucessos. Esta foi uma longa jornada e as perspectivas são instigantes, mas agora chegou o momento de tornar visíveis e tangíveis os ativos que o Funbio gera para a conservação da biodiversidade.



Álvaro de Souza
Presidente do Conselho Deliberativo eleito em dezembro de 2013



O Funbio

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, Funbio, é uma associação civil sem fins lucrativos, que iniciou sua operação em 1996. É um mecanismo financeiro inovador, criado para desenvolver estratégias que contribuam para a implementação da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) no Brasil.

Ao longo dos seus 17 anos de operação, o Funbio atua como parceiro estratégico do setor privado, de diferentes órgãos públicos estaduais e federais e da sociedade civil organizada. Essas parcerias viabilizam os investimentos socioambientais das empresas e a redução e mitigação de seus impactos, bem como o cumprimento de suas obrigações legais. Na esfera pública, visam consolidar políticas de conservação e viabilizar programas de financiamento ambiental.

Em **17 anos de atuação** foram:

US\$ 466 milhões
de dólares administrados*

199 Projetos apoiados de 154
instituições diferentes

268 UCs (incluindo todas
as categorias de UCs)
apoiadas, representando
cerca de **39%** da superfície
protegida do Brasil.

*Este valor é a soma de todos os contratos assinados pelo Funbio desde o início da sua operação, convertendo os contratos a dólares com a taxa da data do último dia do mês de assinatura dos mesmos. Contratos assinados em dólares tiveram seus valores mantidos.

O Funbio opera por meio de diferentes equipes, que desenvolvem ações coordenadas e transversais aos projetos que a instituição gerencia.

A Gestão de Programas e Projetos operacionaliza o aporte de recursos às iniciativas no campo, por meio de editais e repasse do recurso para outras instituições. O Funbio também transforma os recursos financeiros em bens e serviços para a implementação de projetos, e para a consolidação de Unidades de Conservação nos biomas brasileiros.

Atividades:

- Operação de programas e fundos
- Financiamento de projetos por meio de chamadas
- Gestão financeira de projetos
- Compras e logística
- Sistemas para planejamento e gestão de projetos
- Criação de fundos com finalidade socioambiental

Na área de Desenho, Implementação e Gestão de Mecanismos Financeiros o Funbio atua na construção e consolidação de mecanismos inovadores, que propiciem incremento de recursos, e desenvolve estudos de viabilidade e análise de territórios para a conservação de forma financeiramente sustentável.



Foto: Palê Zuppani



Atividades:

- Mapeamento e análise de agendas, demandas, e atores para subsidiar intervenções territoriais
- Análise do ambiente financeiro para projetos
- Maximização do acesso a recursos existentes e desenvolvimento de novas fontes
- Desenvolvimento de mecanismos financeiros
- Estudos para a articulação de políticas, programas e projetos

Os programas dos quais o Funbio participa incluem esforços para manutenção de florestas essenciais para a redução dos efeitos das mudanças climáticas e de seus impactos na biodiversidade, atividades coordenadas pela área de Mudanças Climáticas.

Atividades:

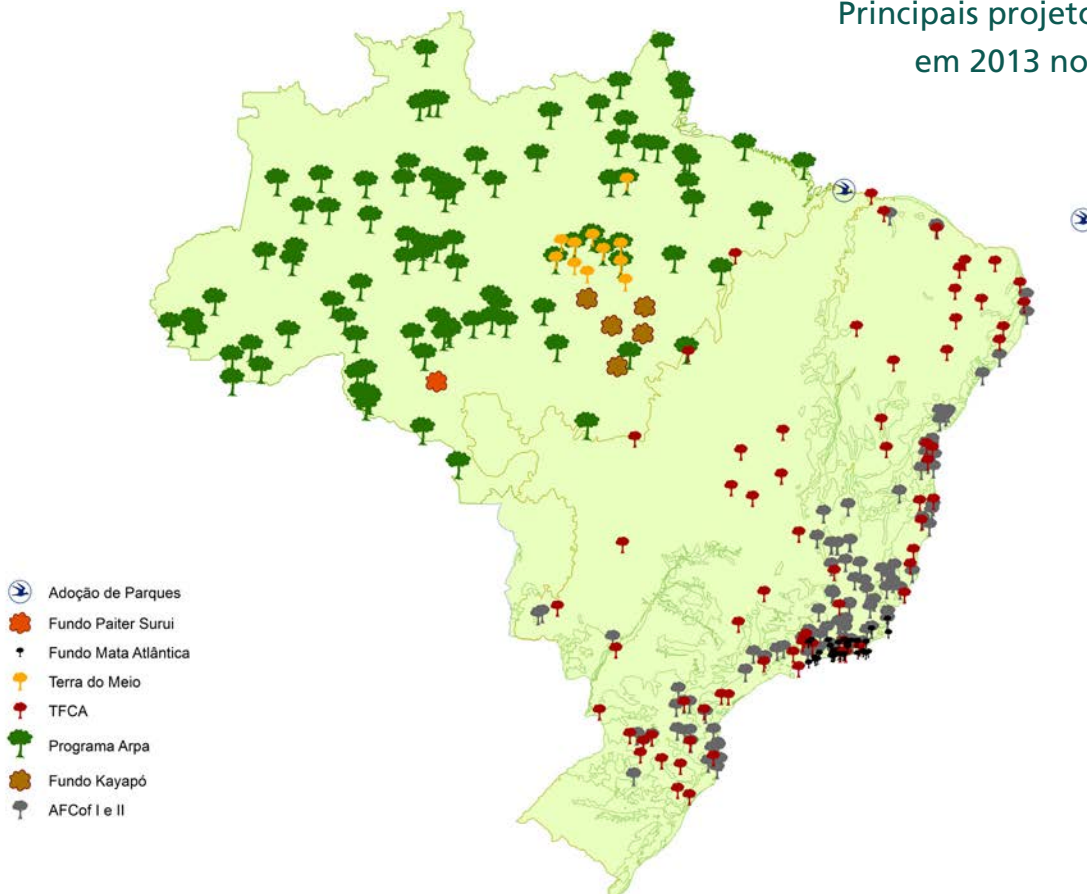
- Desenvolvimento de iniciativas para projetos de REDD+
- Desenvolvimento de mecanismos de repartição de benefícios para REDD+
- Discussão de políticas públicas para mudanças climáticas
- Capacitação e assistência técnica para iniciativas de REDD+

A Gestão de Redes faz a construção coletiva do conhecimento e o intercâmbio de experiências, contribuindo para o desenvolvimento de soluções inovadoras e para a difusão de melhores práticas no financiamento da conservação, assim como para a capacitação de outros fundos ambientais e redes.

Atividades:

- Secretaria executiva de redes internacionais
- Capacitação para fundos ambientais – América Latina, Caribe e África
- Sistematização de informações e bases de dados
- Organização de debates e estudos
- Publicações sobre melhores práticas em finanças da conservação

Principais projetos apoiados em 2013 no Brasil





Carta do Presidente

No ano de 2013 demos continuidade a um momento extraordinário de nossa organização. Depois de bater todos os recordes de investimento em 2012, nosso desafio agora é consolidar o Funbio como uma das principais organizações brasileiras de conservação e proteção da biodiversidade, o que aumenta a complexidade e a responsabilidade de nossa atividade.

A nossa escala nos qualifica como um ator relevante em todos os biomas brasileiros. Como ocorre desde a sua criação, o Funbio se reinventa a cada ano para se adequar aos novos desafios e necessidades da conservação. Temos acordos com diversas instituições sem fins lucrativos brasileiras, e com vários governos e instituições internacionais. É importante destacar especialmente o papel central do Governo Federal do Brasil na formulação e condução da política ambiental, sem esta liderança nossa missão seria infrutífera.

O Funbio tem papel fundamental de facilitador e coordenador de projetos com estes diferentes parceiros, além de cada vez mais se destacar na formulação e implementação de mecanismos financeiros personalizados para atender a demandas cada vez mais complexas. Para mim, servir, participar e contribuir com esta organização é uma atividade que me traz enorme satisfação, é fazer mais do que simplesmente a minha parte, é agir de maneira responsável e sistemática com o objetivo comum de construir um mundo melhor, de cuidar e passar às próximas gerações o que herdamos dos nossos antepassados, o nosso bem comum, a biodiversidade brasileira, e em especial a conservação do maior patrimônio brasileiro, a floresta Amazônica.

Como parte ativa do Conselho Deliberativo, e em especial durante os anos de 2012/2013 como presidente, posso afirmar que a equipe e a credibilidade construída ao longo dos quase 18 anos de operação, são os principais ativos da instituição. É inspirador acom-

panhar esse crescimento e direcionar suas atividades, e também um privilégio conviver com os outros conselheiros, todos sem exceção, líderes em suas áreas de atuação.

Ter um Conselho multi setorial, no qual estão presentes academia, governo, empresariado e nomes de referência no mundo ambiental, é característica central da nossa instituição. Cada elo da cadeia, e suas respectivas complexidades, são fundamentais para a identificação das demandas, dos riscos e construção de processos efetivos que, por fim, levam ao nosso objetivo principal que é o de manter a biodiversidade conservada.

No ano de 2013, além de uma participação mais efetiva do Conselho, o Funbio passou por um período de revisão de planos e de estratégia. Concentramos esforços para ser a melhor opção e oferecer o melhor retorno para os recursos. Participamos ativamente da criação de salvaguardas que passaram a ser adotadas em 2013, e focamos nossa atenção para reforçar a área operacional do Funbio, ao trazer para dentro ferramentas de controle com a implementação de uma área de auditoria interna.

Tenho convicção na continuação do nosso trabalho, garantir que a instituição seja maior e mais duradora que o prazo finito dos indivíduos, que a nossa visão do futuro seja garantida por um ambiente positivo de renovação e adaptação constante de valores centrais desta instituição e seu Conselho.

O Funbio é grato pela contribuição de Oscar Graça Couto que deixou o Conselho no final do ano, e recebe honrado o novo presidente Álvaro de Souza para os próximos anos de gestão. É neste clima de constante reinvenção que continuarei contribuindo agora no cargo de vice-presidente para que o Funbio continue a contribuir com recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade brasileira.



Bruno Mariani

Presidente do Conselho Deliberativo do Funbio em 2012 e 2013



Governança

O Conselho Deliberativo (CD) reúne 16 membros e é responsável pela definição da estratégia e pela direção geral do Funbio. Ex-conselheiros e lideranças convidadas integram o Conselho Consultivo (CC), que atua no aconselhamento técnico, reunindo-se uma vez ao ano e podendo integrar comissões técnicas.

No ano de 2013, o CD realizou três reuniões ordinárias, revisando as novas políticas institucionais, a gestão de ativos e a orientação estratégica da instituição.

A última reunião do conselho, realizada em dezembro, foi marcada pela troca na presidência e vice-presidência. A partir de 2014, o então Vice-presidente, Álvaro de Souza passa a liderar o conselho, e o presidente em 2013, Bruno Mariani, deixa a posição, assumindo a vice-presidência. A ocasião também marcou a despedida do conselheiro Oscar Graça Couto, que contribuiu significativamente nos seus oito anos de mandato e deixa uma cadeira do setor acadêmico para ser preenchida em 2014.

A Reunião do Conselho Consultivo foi realizada em agosto, no edifício da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O foco do encontro foram os territórios do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (Probio II). Na ocasião foi feita uma homenagem a ex-conselheira Bertha Becker, falecida no mês de julho, por toda sua contribuição para o cumprimento da missão institucional.

CD ATÉ DEZEMBRO DE 2013

Presidente

Bruno Mariani

Vice-presidente

Álvaro de Souza

Setor Acadêmico

Oscar Graça Couto
Niro Higuchi
Ricardo Machado
Sérgio Besserman

Setor Ambiental

Adriana Ramos
Miguel Milano
Paulo Moutinho
Pedro Leitão

Setor Empresarial

Álvaro de Souza
Bruno Mariani
Gabriel Azevedo
Roberto Waack



Foto: Du Zuppani

Setor Governamental

Roberto Cavalcanti
Rodrigo Vieira
Roberto Vizentin
(posição a ser preenchida por indicação)

Comissão de Finanças e Auditoria

Álvaro de Souza; Bruno Mariani; Gabriel Azevedo e José Alentejano.

Comissão de Gestão de Ativos

Álvaro de Souza; Bruno Mariani; Fábio Spínola; Francisco José Aguiar de Cunto; Gabriel Amado de Moura; José Alentejano e Marcelo Tomaszewski.



Conselho Consultivo do Funbio

Angelo Machado
 Aspásia Camargo
 Beatrice Padovani Ferreira
 Benjamin Gilbert
 Bertha Becker (falecida em julho de 2013)
 Carmen Lúcia D.B.R. Wongtschowski
 Claudio Pádua
 Fábio Scarano
 Francisco José Aguiar de Cunto
 Guilherme Frering

Guilherme Leal
 Gustavo Fonseca
 Haroldo de Matos Lemos
 Ibsen de Gusmão Câmara
 Jean Marc von der Weid
 José Adalberto Veríssimo
 José Augusto Alentejano
 Juscelino Martins
 Lidio Coradin
 Luiz Felipe Andrade
 Luiz Paulo Pinto
 Marcelo Tomaszewski

Marcos A. V. Freitas
 Maria Cecília Wey de Brito
 Maria das Dores V. Cavalcante Melo
 Maria José Guazzelli
 Maria Mercedes von Lachmann
 Muriel Saragoussi
 Nurit Bensusan
 Ricardo Soavinski
 Roberto Konder Bornhausen
 Roberto Luiz Leme Klabin
 Roberto Paulo Cezar de Andrade
 Ronaldo Weigand
 Ruy Barbosa da Rocha

Quem Somos – Membros da Equipe em 2013

Secretaria Executiva

Rosa Lemos de Sá (Secretária Geral) e Ana Flávia de Mello Pavoni.

Escritório de Projetos (PMO)

Mônica Ferreira

Assessoria de Comunicação e Gestão de Redes

Camila Monteiro, Fernanda Barbosa, Karine Barcelos, Renata Zambianchi e Rômulo Collopy.

Assessoria Jurídica

Flávia Neviani, Mateus Almeida e Paulo Miranda.

Auditoria Interna

Alexandra de Macedo e Michel Bortolini

Superintendência de Programas

Rosa Lemos de Sá

Unidade de Mecanismos Econômicos e Financeiros

Manoel Serrão, Andreia de Mello, Leonardo Geluda, Luiza Muccillo, Julia Queiroz, Manuela Muanis, Marlena Soares e Nícia Coutinho.

Gestão de Programas

Fábio Leite, Alexandre Ferrazoli, Daniela Leite, Danielle Calandino, Erika Polverari, Fernanda Marques, Filipe Mosqueira, Heidi Acampora, Laura Petroni, Ilana Parga Nina, Maria Rita Olyntho, Natalia Paz, Nathalia Dreyer, Raquel Simiqueli, Rejane Freitas e Vanina Antunes.

Unidade de Clima e Energia

Ângelo Augusto dos Santos e Leonardo Pradela.

Superintendência de Planejamento e Gestão

Aylton Coelho Neto

Sustentabilidade Financeira

Marina Machado

Finanças

Ana Maria Ramos, Ana Paula Lopes, Daniele Soares, Fábio Abreu, Flávia Fontes de Souza, Flávia Gomes Matos, Josicleide Bezerra, Marilene Viero, Priscila de Brito, Roberta Martins, Vitor da Silva Vieira, Mayara Bernardes e Sérgio Dumay.

Recursos Humanos

Heloisa Helena e Barbara Santana.

Centro de Documentação (Cedoc)

Jacqueline Ricarte e Danúbia Cunha.

Compras

Maria Bernadette Lameira, Eliane da Silva, Fernanda Jacintho, José Mauro de Oliveira, Juliana Penna, Livia Berçot, Mary Teixeira e Vinícius Chavão.

Administração

Flávia Mol, Alyne Pires Cunha Silva, Claudio Silvino, Luciana Bresciani e Márcio Maciel.

Tecnologia da Informação

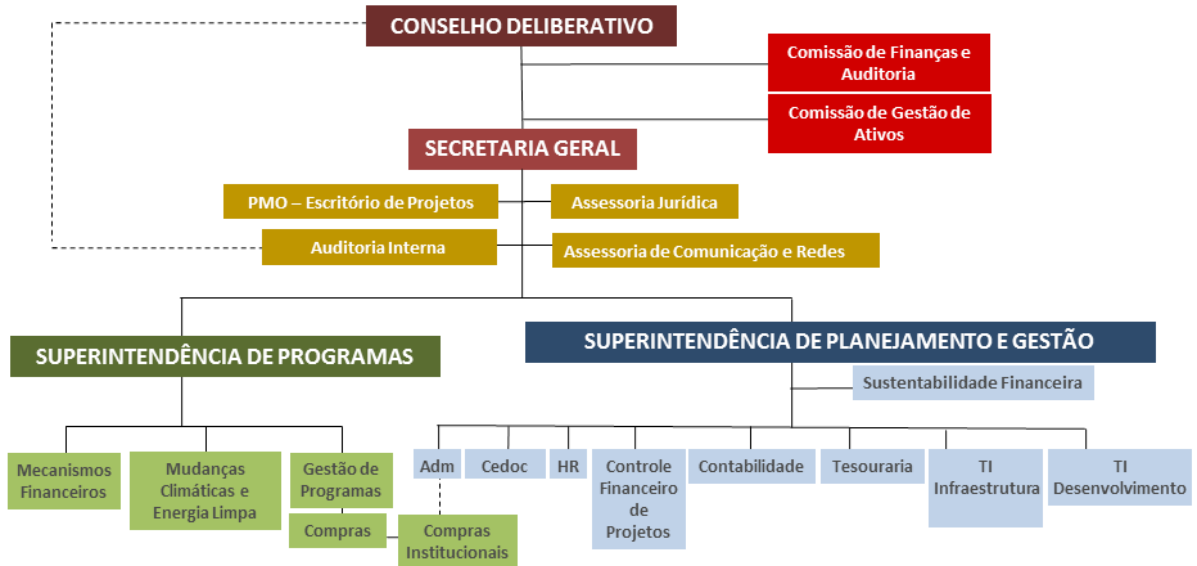
Alessandro Denes, Gilles Villeneuve, Igor Coutinho e Vinícius Barbosa.

Estagiários

Anna Gomes, Aline Ribas, Bruna Muniz, Daniel Neves, Felipe Camello, Felipe Serra, Flávio Rodrigues, Isabela Carvalho, Jaqueline Santos, Jeniffer Nunes, Priscila Lorangeira, Rafaella Alves, Thais de Souza, Thais Medeiros e Yully Vogas.



Organograma





Áreas Protegidas

“Depois que tudo tiver sido dito e escrito, restarão as unidades de conservação como o ato mais consequente de uma política para preservação da biodiversidade do planeta.”

Ibsen Gusmão Câmara, conselheiro do Funbio



Adoção de Parques


Esta modalidade de apoio busca investimentos voluntários privados para estruturar e promover a manutenção de Unidades de Conservação (UCs). O Funbio administra estas doações, prestando serviços de compras e contratações especializados, controle financeiro e relatoria. Em contrapartida ao aporte de recursos, as empresas têm seu patrocínio reconhecido e ganham visibilidade em ações de comunicação.

Em 2013 deu-se continuidade à execução dos recursos aportados pelas empresas OGX e pela Eneva, ex-MPX, para os Parques Nacionais de Fernando de Noronha (PE) e dos Lençóis Maranhenses (MA), respectivamente.

Desde o início do projeto, em 2011, foram executadas obras de infraestrutura nesses parques. Em Lençóis Maranhenses, as principais foram: construção da Ponte do riacho do Cedro, que permite acesso à Lagoa Azul (um dos principais pontos turísticos do Parque); construção de garagem náutica/terres-

tre; reforma do Posto Avançado de Atins, que inclui alojamento e subsede administrativa do Parque; reforma e manutenção de todos os veículos, que incluem flexboat, Toyota Bandeirantes, quadriciclos e caminhonetes. Essas reformas e manutenções foram fundamentais para que as atividades de fiscalização pudessem acontecer.

Em Fernando de Noronha, foram realizadas reforma e ampliação da sede administrativa, elaboração de projeto para reforma e ampliação do alojamento de pesquisadores, compra de bens e manutenção de veículos e infraestruturas já existentes no Parque.

UC	Área (mil hectares)	Valor	Financiador
Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	11,2	R\$ 2,3 milhões*	
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	155	R\$ 2,1 milhões*	

*valores atualizados em 2013.

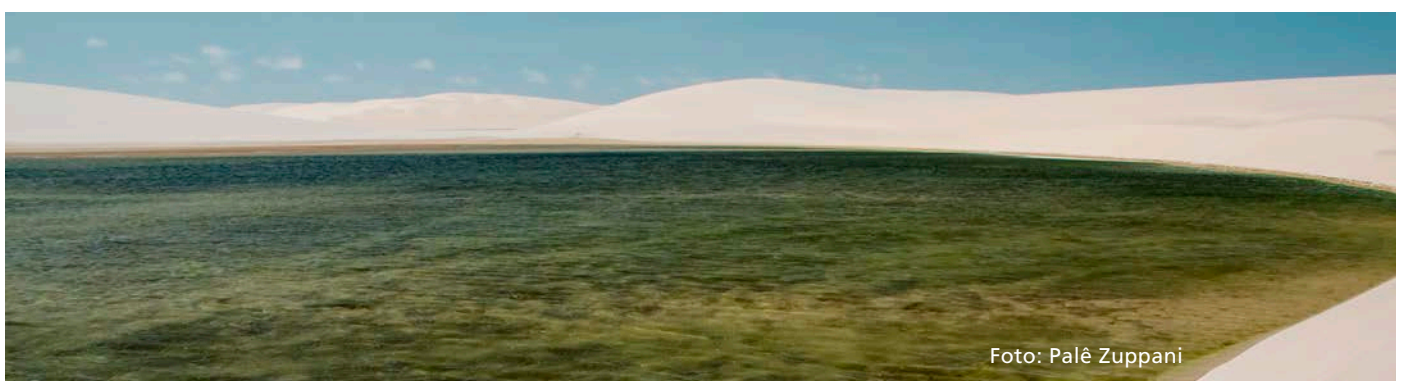


Foto: Palê Zuppani



Arpa - Áreas Protegidas da Amazônia - Fase II

O programa Arpa é a maior iniciativa de proteção de florestas tropicais do mundo. Tem como meta a conservação e uso sustentável de 60 milhões de hectares – 12% da região amazônica – até 2018. O Funbio é o gestor dos recursos financeiros, realiza as atividades de aquisições e contratações para as Unidades de Conservação (UCs) e faz a gestão de ativos do Fundo de Áreas Protegidas (FAP). Em sua segunda fase (2010 a 2015), o Arpa apoiará a criação de mais 13,5 milhões de hectares e consolidar cerca de 32 milhões de hectares.



O Programa apoia atualmente a consolidação de 95 Unidades de Conservação e 20 processos de criação de UCs na Amazônia, a partir do fomento à elaboração de planos de manejo; formação de conselhos gestores; consolidação territorial; fornecimento de equipamentos e infraestrutura; além da cobertura de custos recorrentes como combustível, materiais e pequenas contratações locais.

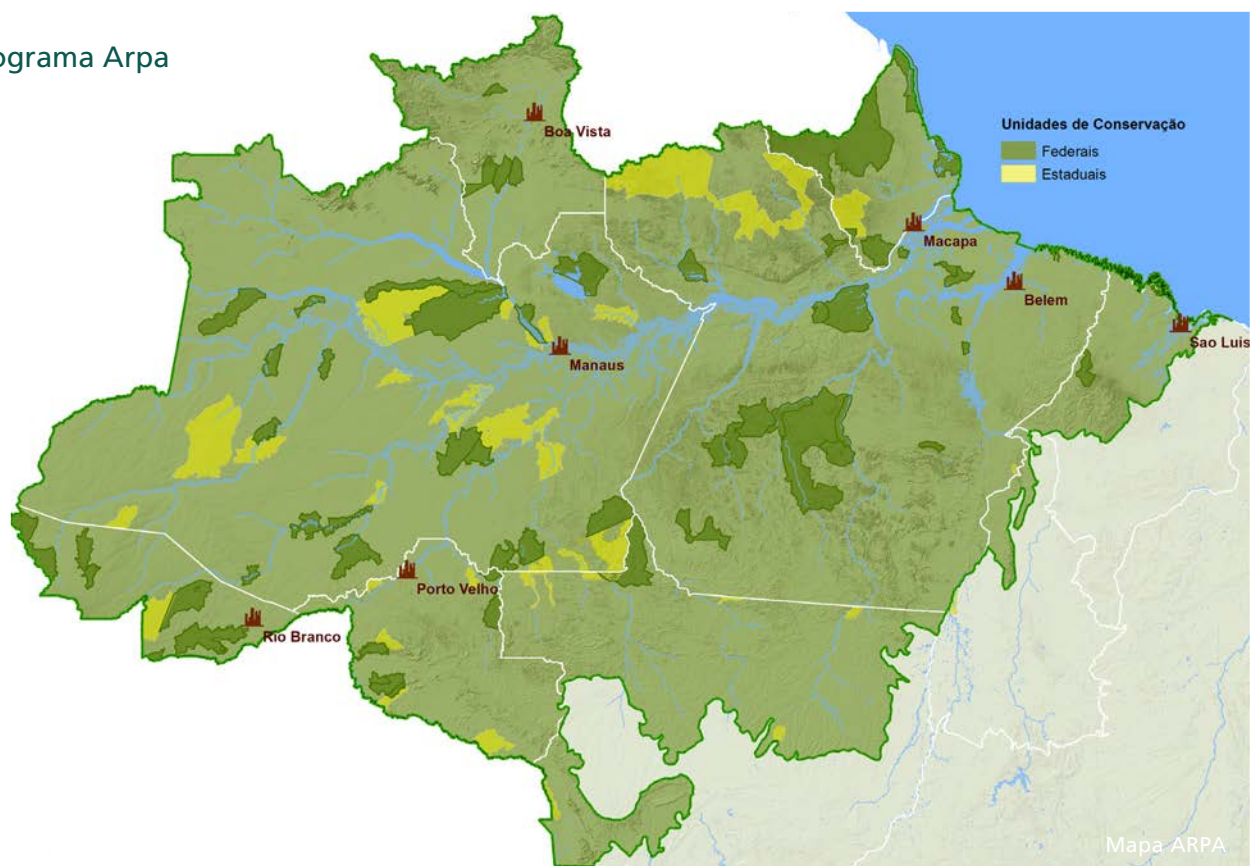
Durante o ano, o Programa selecionou 12 Planos de Ação Sustentáveis e dois Planos de Ação dos Povos Indígenas para implementação de projetos comunitários no entorno das UCs. Também concluiu três diagnósticos ambientais, um socioambiental e uma consulta pública como subsídio à criação de UCs.

A execução do programa em 2013 incluiu o financiamento das seguintes atividades: elaboração de planos de manejo; realização de reuniões de conselhos gestores de UCs; atividades de consolidação territorial; elaboração e implementação de planos de proteção; e compra de equipamentos básicos para a gestão das UCs.

Como resultado, dez unidades alcançaram o grau de consolidação básica. São elas:

- Estação Ecológica Antônio Mujica Nava/Serra dos Três Irmãos
- Parque Estadual do Xingu
- Parque Nacional do Juruena
- Parque Nacional da Serra do Divisor
- Reserva Extrativista Alto Tarauacá

UCs do Programa Arpa





- Reserva Extrativista Arapixi
- Reserva Extrativista Rio Unini
- Reserva Extrativista Rio Jutaí
- Reserva Extrativista Rio Xingu
- Estação Ecológica Niquiá

Duas unidades alcançaram o grau avançado de consolidação, estando aptas a acessar recursos do Fundo de Áreas Protegidas:

- Reserva Biológica do Jarú
- Parque Estadual do Cantão

O Planejamento operacional do biênio 2014-2015 foi aprovado pelo Comitê do Programa e o planejamento de insumos foi consolidado junto às UCs. Foram realizadas ainda três oficinas para elaboração do Plano Operativo Anual (POA) 2014-2015, em Brasília, que contaram com a participação de um gestor de cada UC apoiada pelo Programa.

Em 2014, será finalizado o Plano de Capacitação do Programa, em fase de elaboração, e o desenho e a negociação de uma nova estratégia de financiamento em longo prazo – a iniciativa Arpa para a Vida. A nova estratégia prevê a criação de um fundo de transição que aportará investimentos de forma decrescente, enquanto o governo assumirá o compromisso de aumentar gradativamente o investimento nas UCs, até a cobertura total dos custos, em 25 anos. O Fundo de Áreas Protegidas (FAP), fundo patrimonial do qual só se utilizam os rendimentos para as UCs consolidadas, irá compor o fundo de transição nesta nova fase.

O FAP fechou em dezembro de 2013 com cerca de 30,1 milhões de dólares e 60,5 milhões de reais.

Parceiros:



giz KFW



FUNDO AMAZONIA BNDES



Governos Estaduais da Amazônia Brasileira: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Pará e Tocantins



Ministério do Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

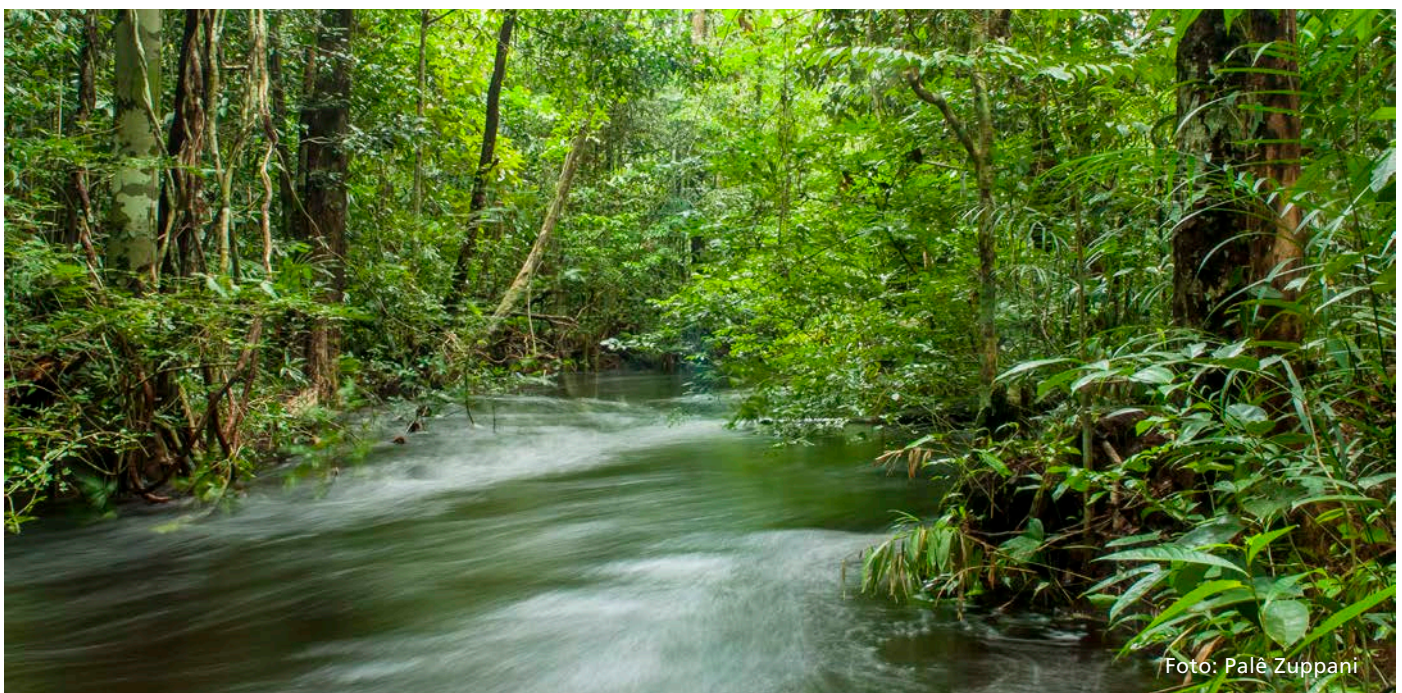


Foto: Palê Zuppani



Compromisso pela Amazônia – Arpa para a Vida

O projeto propõe uma nova estratégia de financiamento para o programa Arpa – Áreas Protegidas da Amazônia. O modelo combina os recursos já depositados no Fundo de Áreas Protegidas (FAP) com investimentos privados, bi e multilaterais criando um fundo de transição. Este fundo permitirá o aumento gradual dos recursos públicos nas UCs, em 25 anos, para atingir a sustentabilidade financeira do programa.

Lançado durante a Rio+20, a iniciativa reúne o Funbio, o WWF, o Linden Trust for Conservation, a Fundação Gordon e Betty Moore, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o ICMBio, com o apoio dos demais parceiros do Arpa. A iniciativa estabelece metas de captação com base na estimativa de custos calculada usando dados reais do programa, sistematizados pelo Funbio desde a criação do Arpa, em 2003, e com dados de execução do ICMBio. Estes cálculos estão detalhados na publicação “Quanto custa o programa Arpa?”, escrita pelas equipes técnicas do Funbio e do WWF.

A estratégia para compor o fundo, chamada de fechamento único, prevê a utilização dos recursos somente quando todos os financiadores firmarem compromissos e os recursos forem suficientes para cobrir o custo estimado.

Em 2013, o Funbio, junto com o MMA, focou seus esforços na captação junto ao setor privado nacional, com o desenvolvimento do novo manual operacional do programa e na formatação dos contratos de doação e compromissos assumidos pelas partes. Também trabalhou no desenvolvimento de fundos de compensação para os estados do Pará, Rondônia e Amapá, tendo já validado os modelos de fundos para Rondônia e Pará. Também foi desenhado o novo arranjo institucional e financeiro para o Programa (fluxos, processos e governança), a ser adotado após o fechamento único.

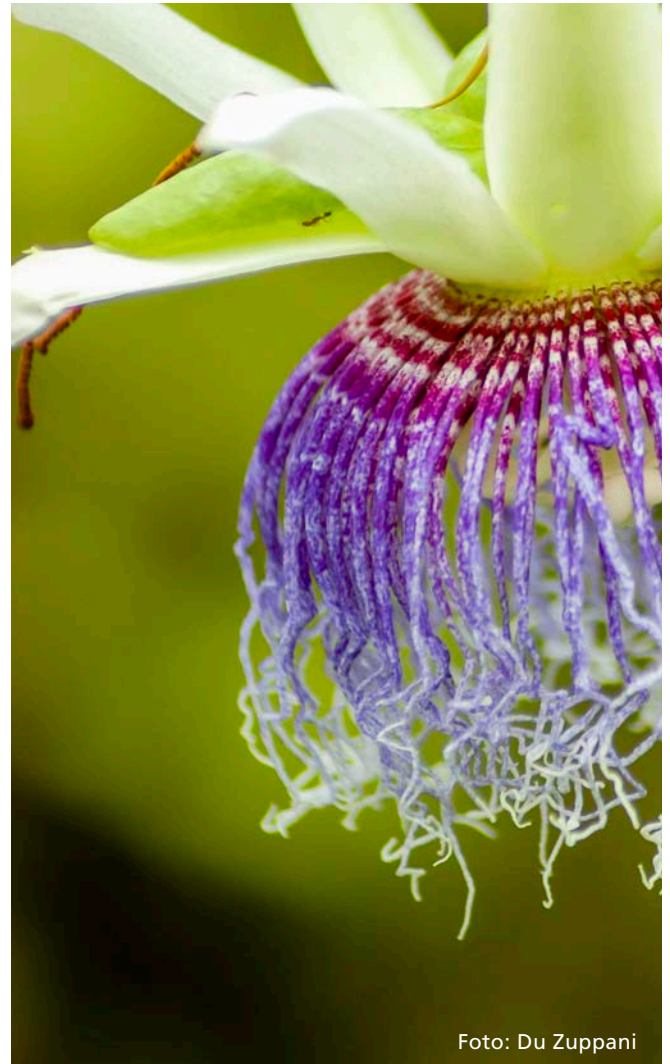


Foto: Du Zuppani

Parceiros:





Consolidação das Unidades de Conservação na Região da Terra do Meio

O Projeto Terra do Meio tem a missão de contribuir com a redução do desmatamento e com a conservação da biodiversidade da região amazônica, a partir do apoio à consolidação de onze Unidades de Conservação (UCs) na região denominada Terra do Meio. Localizada na porção central do sul do estado do Pará, a região sofre com três grandes frentes de pressão antrópica: a rodovia Altamira-Itaituba (uma seção da Transamazônica) ao norte, a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) a oeste e a mais exposta fronteira agrícola do bioma amazônico, ao sudeste. O mosaico é parte de um vasto território de áreas protegidas contíguas, que abrange 28 milhões de hectares, e que faz da região o segundo maior corredor de biodiversidade do Brasil.

O Projeto, que começou em 2012, teve sua execução intensificada a partir de 2013 após a adoção de medidas que contornaram a insuficiência de equipe nas UCs apoiadas, tais como: a contratação de uma técnica do Funbio sediada em Altamira, para apoiar a execução local, e o envolvimento dos macroprocessos do ICMBio na operacionalização do Projeto.

A escassez de gestores nas UCs também impactou na movimentação das contas vinculadas, mecanismo financeiro desenvolvido pelo Funbio com o objetivo de facilitar a realização de gastos locais, ao que o Funbio respondeu implementando mecanismos alternativos de execução local, como o cartão combustível e os contratos globais. Ambos estão sendo viabilizados pela equipe de compras do Funbio.

Entre agosto e outubro de 2013, foram realizados alguns encontros entre Funbio, ICMBio e o Ministério do Meio Ambiente – MMA – para readequação do planejamento. A proposta de re-

adequação foi encaminhada para apreciação da União Europeia. Ao mesmo tempo, foi realizado em Brasília o treinamento nos procedimentos operacionais voltado aos responsáveis pelos macroprocessos no ICMBio.

O Projeto viabilizou em 2013: seis reuniões de conselhos gestores de UCs e iniciou as atividades para criação do conselho da Flota Iriri; ações de fiscalização nas RESEX Riozinho do Anfrísio, Xingu e ESEC Terra do Meio; aquisição de equipamentos; sinalização na ESEC Terra do Meio e APA Triunfo do Xingu; apoio à implementação de estratégias de desenvolvimento local, como a oficina de biojóias e as oficinas caboclas para produção de móveis de madeira.

O projeto Terra do Meio complementa os esforços do programa Arpa, já que sete das onze UCs são apoiadas pelo programa. O fato de o Funbio ser o gestor de ambos evita a duplicação de atividades, garantindo um melhor desempenho para as UCs atendidas.

Parceiros:



União Européia



Ministério do
Meio Ambiente



Foto: Publius Vergilius



Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro – FMA/RJ

Conhecido como Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ), o mecanismo foi desenhado pelo Funbio para potencializar os investimentos ambientais no estado do Rio de Janeiro e oferecer novas opções de apoio para as áreas protegidas com mais eficiência e transparência. Por meio de uma parceria firmada com a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA/RJ), o Funbio administra os recursos do FMA/RJ, que até o momento são provenientes da compensação sobre os impactos ambientais de empreendimentos produtivos, regulamentada pelo SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Desde a sua criação, o Mecanismo FMA/RJ já apoiou 40 Unidades de Conservação (UCs) estaduais, municipais e federais no Rio de Janeiro, sendo oito de Uso Sustentável e 32 de Proteção Integral, totalizando uma área de cerca de 430 mil hectares. O apoio é feito por meio de aquisições de bens e contratações de serviços para as UCs. O valor total alocado em projetos, no período de março de 2010 a dezembro de 2013, foi de cerca de 101 milhões de reais, do qual já foram executados aproximadamente 72 milhões.

Em 2013, foi feito o acompanhamento do sistema de gerenciamento de compensações ambientais e a finalização do Projeto Piloto do Cartão Vinculado, nova modalidade de repasse de recursos financeiros para 16 áreas protegidas indicadas pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA. Este projeto piloto passou a ser operado também com os recursos do primeiro dispêndio do Fundo Fiduciário, que já conta com 21 milhões para garantir a manutenção das UCs no longo prazo.

O Funbio começou a atender as demandas da Câmara de Compensação Ambiental (CCA/SEA/INEA) quanto a novos projetos, sendo oito proje-

tos municipais em processo de análise. A página do FMA/RJ no site do Funbio foi atualizada para conter todas as informações do mecanismo, entre elas: chamadas de compras e contratações; prestações de contas; solicitações de reembolso à SEA, lista de aquisições por UC; perguntas frequentes (FAQ); e portfólio em inglês.

A previsão é que em 2014, além de viabilizar a operação de recursos de outras fontes, tais como Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), sejam finalizadas as revisões do Manual Operacional do Cartão Vinculado, do Manual Operacional do Fundo Fiduciário e do Manual Operacional de Outras Fontes.

A partir da experiência com o FMA/RJ, o Funbio está trabalhando com outros estados para desenhar mecanismos similares, que permitam o uso efetivo dos recursos disponíveis para as UCs.

Parceiros:



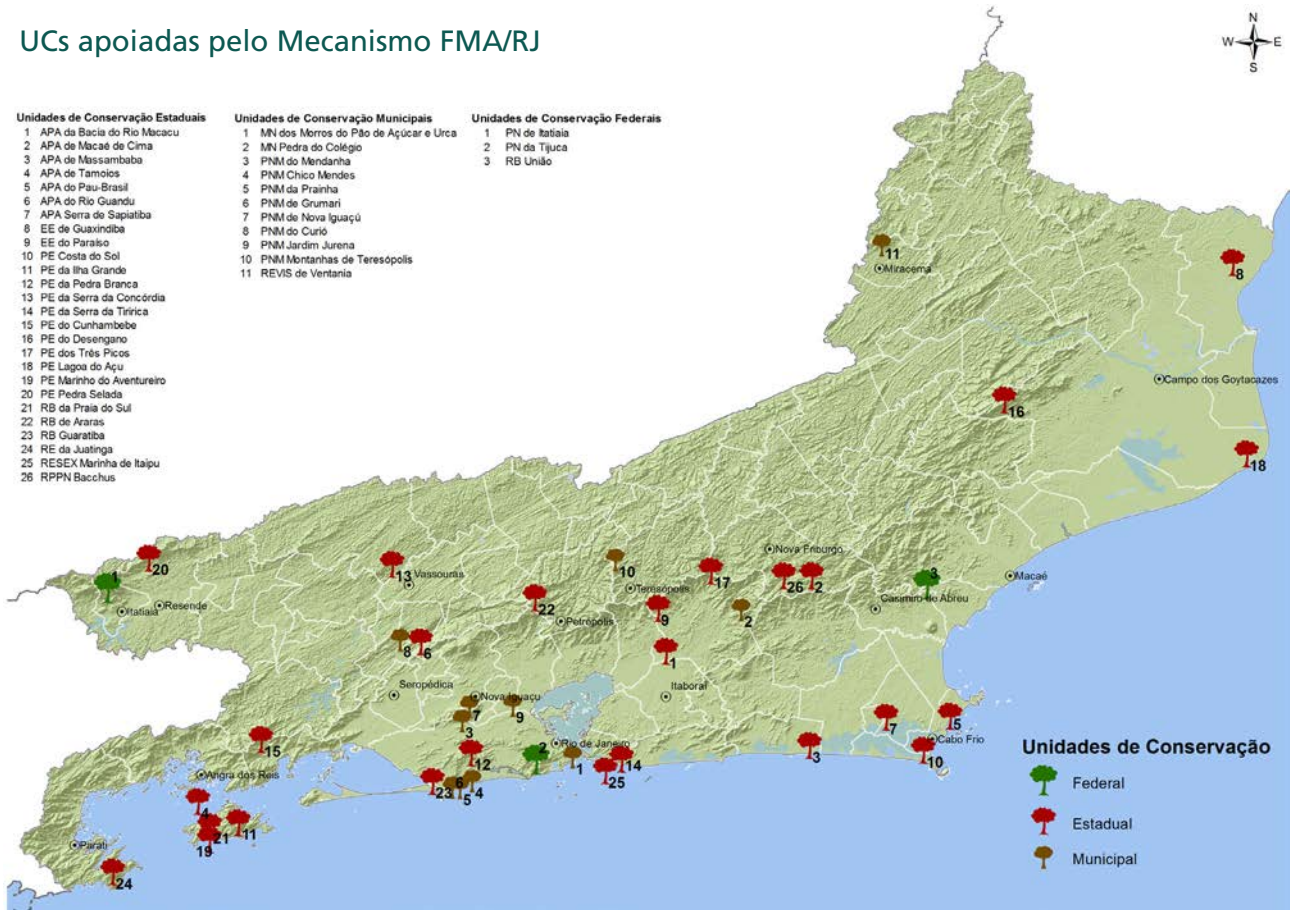
Foto: Palé Zuppani



Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro – FMA/RJ

UCs apoiadas pelo Mecanismo FMA/RJ

Unidades de Conservação Estaduais	Unidades de Conservação Municipais	Unidades de Conservação Federais
1 APA da Baía do Rio Macacu	1 MN dos Morros do Pão de Açúcar e Urca	1 PN de Itatiaia
2 APA de Macaé de Cima	2 MN Pedra do Colégio	2 PN da Tijuca
3 APA de Massambaba	3 PNM do Mendanha	3 RB União
4 APA de Tamoios	4 PNM Chico Mendes	
5 APA do Pau-Brasil	5 PNM da Prainha	
6 APA do Rio Guandu	6 PNM de Grumari	
7 APA Serra de Sapitiba	7 PNM de Nova Iguaçu	
8 EE de Guaxindiba	8 PNM do Curio	
9 EE do Paraíso	9 PNM Jardim Jurena	
10 PE Costa do Sol	10 PNM Montanhas de Teresópolis	
11 PE da Ilha Grande	11 REVIS de Ventania	
12 PE da Pedra Branca		
13 PE da Serra da Condição		
14 PE da Serra da Tijuca		
15 PE do Cunhambebe		
16 PE do Desengano		
17 PE dos Três Picos		
18 PE Lagoa do Açú		
19 PE Marinho do Aventureiro		
20 PE Pedra Selada		
21 RB da Praia do Sul		
22 RB de Araras		
23 RB Guaratiba		
24 RE da Juatinga		
25 RESEX Marinha de Itaipu		
26 RPPN Bacchus		



Unidades de Conservação

- Federal
- Estadual
- Municipal



Projeto GIZ Anavilhanas

Financiado pela Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ), o Projeto tem como foco a construção de uma sede flutuante para o Parque Nacional de Anavilhanas, no rio Negro, no Amazonas, que será administrada pelo ICMBio.

Assinada em dezembro de 2012, a meta principal desta iniciativa é construir um flutuante inovador, com estruturas diferenciadas (containers) e utilização de energias alternativas, como a solar. O foco são atividades de uso público nos Parques Nacionais durante grandes eventos no país. Em 2013, deu-se início ao processo de contratação de empresa para desenvolver o projeto final do flutuante, assim como a tomada de preços dos serviços necessários para construção e montagem. Para 2014 está prevista a construção do flutuante e o acompanhamento das obras, por parte do Funbio.

Parceiros:

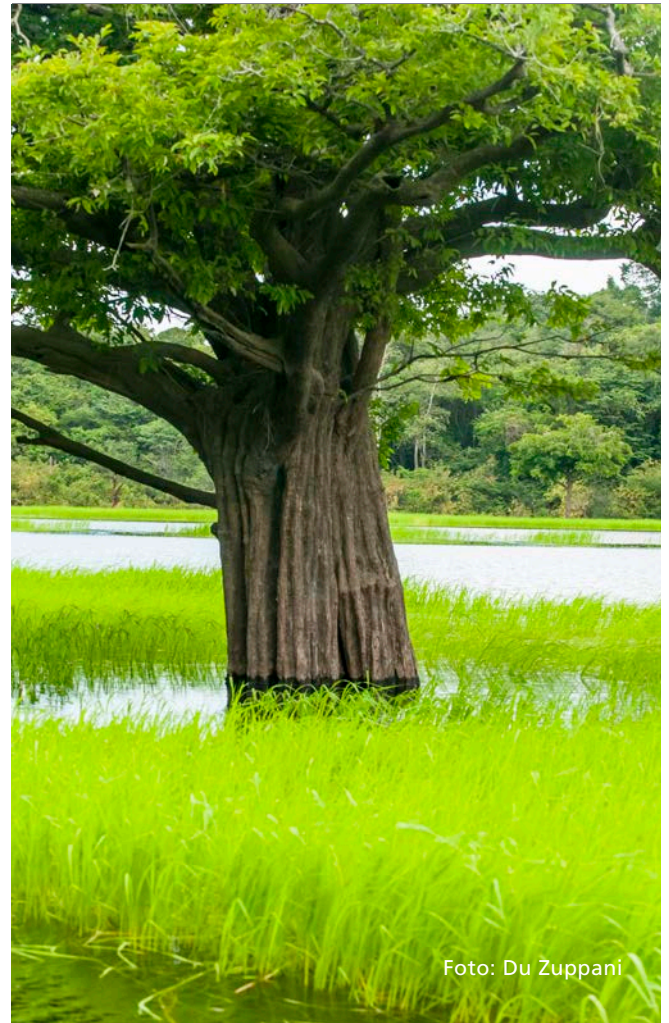


Foto: Du Zuppani



Apoio a Biomas

“A floresta precisa ter valor em pé.”

Bertha Becker, ex-conselheira do Funbio (In Memoriam)

Foto: Palê Zuppani
Textura dos Açaizeros



AFCoF - Atlantic Forest Conservation Fund

O Atlantic Forest Conservation Fund é um mecanismo financeiro administrado pelo Funbio para apoiar o Projeto Proteção da Mata Atlântica, que visa contribuir para a proteção, manejo sustentável e recuperação da Mata Atlântica. Os recursos do mecanismo são provenientes do KfW Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento). O Projeto Proteção da Mata Atlântica II se insere na Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI) do Ministério do Meio Ambiente da Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU), que prevê, ainda, o apoio técnico da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ).



Em 2013 deu-se continuidade à fase de finalização do projeto, com um replanejamento e execução dos recursos finais, que foram internalizados para aquisições e contratações encaminhadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Foram 39 contratos de consultoria realizados durante a execução do projeto, já finalizados em 2013. As contratações incluíram estudos de mapeamento de vegetação remanescente; estudos de criação de Unidades de Conservação (UCs); estudos socioeconômicos para regularização fundiária da área de entorno de UCs, e para sistematização dos resultados dos projetos apoiados; estudos para análise da viabilidade da utilização de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), e geração de rendas alternativas para produtores rurais no bioma, dentre outros temas.

Houve o lançamento das publicações com as lições aprendidas para a sistematização dos desafios e melhores práticas dos projetos-pilotos de PSA; para os planos municipais de conservação e recuperação da Mata Atlântica; e para adequação ambiental de propriedades rurais a partir da experiência da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí. As lições aprendidas na gestão de áreas protegidas da Mata Atlântica serão apresentadas em uma publicação final em 2014.

Foi realizado o lançamento das publicações e a apresentação da Carta da Mata Atlântica, documento gerado durante a Semana da Mata Atlântica, evento realizado em maio pelo MMA onde foram debatidos o estado atual, lições aprendidas e perspectivas para a conservação, recuperação e uso sustentável da floresta.

Parceiros:



giz

Projeto de
Assistência Técnica
Cooperação Alemã
GIZ/Projeto de
Assistência Técnica
Cooperação Alemã

KfW

Ministério do
Meio Ambiente

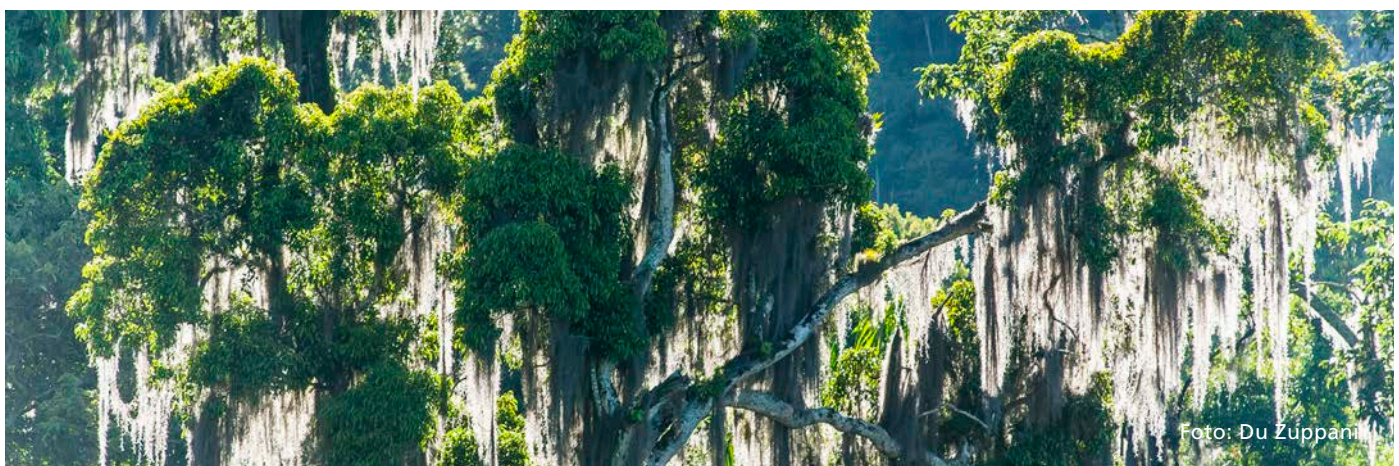


Foto: Du Zuppani



Políticas e Monitoramento do Bioma Cerrado

O Funbio é o gestor financeiro do subprojeto “Políticas e monitoramento do bioma Cerrado”, um dos quatro componentes da Iniciativa Cerrado Sustentável, implementada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e financiada pelo Global Environment Facility (GEF), através do Banco Mundial. A Iniciativa visa contribuir para a valorização do Cerrado por meio de atividades de conservação, restauração, recuperação e manejo sustentável.

O subprojeto busca desenvolver uma estrutura de política para a conservação do Cerrado com pelo menos dois componentes de políticas adotados, contribuindo para a conservação da biodiversidade em mais de 20% do bioma e em pelo menos quatro regiões prioritárias. Espera-se alcançar a meta de um milhão de hectares adicionais protegidos no bioma. O investimento será de quatro milhões de dólares para quatro anos.

No segundo semestre de 2013, foram contratadas quatro consultorias individuais para: realização de estudos fundiários e socioeconômicos da área da Serra do Espinhaço (MG); ampliação de dois Parques Estaduais (Serra do Intendente e Serra do Rio Preto), e um estudo na região do Domo de Araguinha (MT) para a criação de uma Unidade de Conservação. Também foi encaminhada à Casa Civil a proposta para criação do Refúgio da Vida Silvestre (RVS) Médio Tocantins com 54.124 hectares.

Foram assinados contratos para o macrozoneamento ecológico; desenvolvimento de banco de dados para construção de portal da sociobiodiversidade; e planejamento de projeto e políticas de conservação; dentro do contexto dos compromissos assumidos com a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e suas Metas de Aichi.

Parceiros:



Ministério do
Meio Ambiente



Com relação às práticas de manejo sustentáveis, foi feita a organização do acervo e divulgação de iniciativas de conhecimento tradicional e melhores práticas para o manejo sustentável dos recursos naturais do Cerrado. Além disso, os seguintes resultados foram alcançados: 200 produtores treinados pelo Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD) de Paracatu, e cerca de 800 hectares de áreas manejadas; quatro CRADs implementados; estudos de geoprocessamento, junto ao ICMBio, para planejamento do banco de dados sobre biodiversidade, cobertura vegetal e uso da terra.

Também foram realizadas reuniões regionais nos estados do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal e Tocantins para subsidiar a formulação da proposta de Lei do Cerrado, em encontros coordenados pela Rede Cerrado. O subprojeto articulou pautas de diferentes grupos sociais que vivem na região; mapeando os conflitos socioambientais. Ainda foram realizadas Reuniões Ordinárias da CONACER (Conselho da Iniciativa Cerrado Sustentável).

Com relação às novas políticas públicas foi feita a atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade e apoio às definições do Macrozoneamento Ecológico Econômico do Cerrado em 2013.



Foto: Renata Zambianchi



Programa GEF Mar

O Programa tem por objetivo apoiar a criação e implementação de um sistema representativo e efetivo de áreas marinhas e costeiras protegidas (AMCPs) para reduzir a perda de biodiversidade. Trata-se de um plano de ação amplo, em que várias agendas podem ser integradas em prol da conservação marinha e costeira. Essa é uma iniciativa do Funbio em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), ICMBio, Ministério de Minas e Energia (MME/Petrobras), financiado pelo Global Environment Facility (GEF) via Banco Mundial.

O GEF Mar tem o valor total de cerca de 116 milhões de dólares, contando com um investimento do GEF de 18,2 milhões de dólares, 20 milhões de dólares da Petrobras e contrapartidas da própria empresa em bens e serviços economicamente mensuráveis, que chegam a 70 milhões de dólares adicionais. O projeto conta ainda com contrapartidas do MMA e ICMBio.

Este programa é um exemplo do envolvimento do setor privado e do comprometimento governamental na conservação da biodiversidade marinha, sendo considerado pelo Banco Mundial como um modelo para o Global Partnership for Oceans (GPO), uma aliança crescente de mais de 100 governos, organizações in-

ternacionais, setor privado e grupos da sociedade civil, incluindo o Funbio, comprometidos com a conservação dos oceanos.

Em 2013 foram realizadas reuniões de alinhamento, em preparação para a missão de appraisal, em dezembro, que serviu para refinar os entendimentos para a construção do Project Appraisal Document (PAD). Este documento descreve o contexto e a implementação dos arranjos do programa, e é utilizado como referência na sua execução e na elaboração das salvaguardas socioambientais. O programa deve iniciar sua execução de recursos em 2014.

Parceiros:



Ministério do
Meio Ambiente



Foto: Du Zuppani



Tropical Forest Conservation Act – TFCA

O Funbio é a secretaria executiva da Conta TFCA, que recebe os recursos do acordo bilateral entre Brasil e Estados Unidos para áreas com remanescentes dos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Este acordo é regido pelo Tropical Forest Conservation Act (TFCA), que visa à troca de dívidas contraídas por países junto aos Estados Unidos por investimentos na conservação e no uso sustentável das florestas. O total da troca de dívida foi de 20,8 milhões de dólares.

Desde 2011, o TFCA já lançou quatro chamadas de projetos, resultando no apoio a 82 projetos, sendo que quatro deles começarão a operar em 2014. Até o final de 2013, dos 78 que estavam em execução, 43 já tiveram seus resultados monitorados pela equipe do Funbio. As linhas temáticas apoiadas são: Áreas Protegidas; Manejo de Paisagem; Capacitação; Manejo de espécies; Projetos Comunitários; Fortalecimento de Rede; e Capacitação para a mobilização de recursos financeiros.

Em outubro, foi realizado o I Seminário de Projetos do TFCA, em Florianópolis, Santa Catarina. Na ocasião, o Comitê do TFCA e as instituições responsáveis pelos projetos apoiados participaram do evento. Durante três dias foram realizadas oficinas de trabalho, palestras, plenárias com o Comitê e divulgação de re-



sultados. O evento serviu para promover o intercâmbio e a troca de experiências entre as instituições que trabalham nas mesmas linhas temáticas ou mesmos biomas, e promover uma discussão sobre a sustentabilidade dos resultados alcançados pelos projetos.

Em 2013, foi feita ainda uma atualização da página do TFCA no site do Funbio para conter todas as informações dos projetos apoiados. Cada projeto ganhou uma página com detalhes dos objetivos, parceiros e resultados esperados com o apoio do TFCA. Em 2013 também foram produzidos 77 vídeos com os depoimentos das instituições apoiadas, contando um pouco de cada trabalho em prol da conservação, além de um vídeo explicativo do Acordo TFCA. Esses materiais de comunicação serão divulgados ao longo de 2014.

Parceiros:



Governo dos
Estados Unidos da América



Ministério do
Meio Ambiente



Foto: Roberto Rangel



Estudos

“O Funbio busca criar novos caminhos para responder aos novos desafios. Assim que temos uma certeza, é hora de contestar.”

Pedro Leitão, conselheiro do Funbio

Foto: Palé Zuppani
Vista aérea do encontro das águas dos rios Negro e Solimões

Análise dos Incentivos e Financiamento para o Controle do Desmatamento no Brasil

O projeto visa analisar as dimensões política e financeira de diversos estados brasileiros frente ao combate ao desmatamento. Apesar do foco amazônico, estados do sudeste e centro-oeste foram explorados por suas políticas vigentes e em fase de implementação. O objetivo é identificar práticas e políticas complementares e replicáveis, que criem incentivos econômicos para o controle do desmatamento.

O projeto finalizado em 2013 resultou na publicação do artigo “Instrumentos Econômicos para Redução do Desmatamento na Amazônia”, em parceria com a Climate and Land Use Alliance – Clua e a consultoria americana The Munden Project. Nele foram analisadas as dinâmicas básicas de âmbito político, espacial e econômico que levam ao desmatamento no Brasil. Foram consideradas a capacidade relativa e as motivações das lideranças estaduais e federal para lidar com cada uma dessas dinâmicas. Constam também propostas de como os governos federal e estaduais poderiam trabalhar juntos para criar incentivos à produção sustentável e estabelecer mecanismos econômicos para o financiamento destas atividades, aumentando o controle do desmatamento.

Todas as etapas previstas no projeto foram realizadas, incluindo: entrevistas com especialistas do setor ambiental e financeiro; mapeamento de diversas políticas estaduais e seus impactos locais e regionais; mesas redondas com especialistas em São Paulo e Brasília; elaboração e diagramação da publicação final.

O Funbio desenvolveu um estudo de caso focado em uma cadeia produtiva específica no município de São Félix do Xingú (PA), para testar a viabilidade jurídica e econômica do projeto. Esse estudo analisou diferentes regimes tributários especiais visando à transição do atual modelo de produção pecuária para um modelo sustentável.

Parceiros:



The Munden Project



Conservação e Manejo de Polinizadores para uma Agricultura Sustentável por Meio de uma Abordagem Ecosistêmica

Iniciativa da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), com financiamento do Global Environment Facility (GEF), o projeto visa consolidar uma base de conhecimento integrada sobre os serviços de polinização; promover a efetiva conservação e uso sustentável dos polinizadores para a agricultura; ampliar a capacidade dos agricultores e pequenos proprietários em conservar e utilizar de forma sustentável os serviços de polinização; e promover políticas públicas e ações de conscientização da população. No Brasil, a coordenação técnica está a cargo do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Desde o início do projeto, em 2010, já foi monitorada a fauna de polinizadores de sete culturas (caju, castanha-do-Brasil, maçã, tomate, melão, canola e algodão) e realizados 25 encontros com agricultores para disseminação das boas práticas amigáveis para a sustentabilidade da diversidade dos polinizadores nos cultivos agrícolas e na vegetação nativa do entorno. As descobertas científicas do projeto foram divulgadas em 80 trabalhos em congressos e 40 artigos. Em 2014 serão publicados diversos livros e cartilhas numa linguagem acessível a agricultores e extensionistas.

Em 2013 o projeto fez a divulgação e conscientização do tema “Polinização e agricultura” para o público em geral, por meio de encontros com agricultores em feiras e eventos agrícolas, onde tiveram a oportunidade de conhecer os polinizadores e os benefícios do serviço de polinização para a agricultura. Para a divulgação também foram elaborados folders, jornais e vídeos explicativos e transmitidos programas de rádio e televisão pela TV do Campo da Embrapa.

Foram realizadas importantes reuniões entre os diversos países integrantes do projeto em 2013, como o Workshop de Meta Análise em São Paulo, para discussão de uma avaliação conjunta do déficit de polinização no Brasil, Gana, Quênia, África do



Sul, Índia, Nepal, Paquistão, China, Noruega, Colômbia, Zimbábue, Argentina e Indonésia. No Quênia foi realizada a reunião global para discussões sobre as perspectivas de ações nas políticas públicas e na África do Sul sobre a valoração socioeconômica.

O projeto tem apoiado o IBAMA no estudo da influência dos agrotóxicos nos polinizadores, que embasa o processo de reavaliação dos agrotóxicos para revisão da lei. Em 2013 um trabalho foi apresentado em Paris no encontro da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD) sobre este estudo.

Parceiros:



Ministério do
Meio Ambiente



Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para a Melhoria da Nutrição e Bem Estar Humano

O Projeto atua na promoção de espécies nativas com alto valor nutricional, mas desconhecidas ou pouco utilizadas por questões culturais, na dieta cotidiana brasileira. Além de promover o conhecimento científico sobre estas espécies, o projeto foca na disseminação de informação e em políticas públicas de compra de alimentos, preço mínimo e produtos da sociobiodiversidade.

Este projeto, em parceria com a Bioversity International e com financiamento do Global Environmental Facility (GEF) por meio da Food and Agriculture Organization (FAO) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), teve início na segunda metade do ano de 2012. Cabe ao Funbio a administração dos recursos do projeto no Brasil.

Em 2013 deu-se continuidade às pesquisas sobre valores nutricionais e à articulação com órgãos e programas do governo relacionados à compra de alimentos para merendas escolares. Foi realizada uma oficina de capacitação para membros dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs) no levantamento de dados nutri-

cionais de espécies nativas utilizando metodologia específica da FAO. Também foi realizada uma nova chamada para seleção de bolsistas para levantamento e compilação de dados nutricionais de espécies selecionadas.

Para 2014, estão previstas atividades de treinamento de bolsistas selecionados; revisão de políticas e estratégias nacionais para nutrição; definição de diretrizes nacionais para segurança alimentar; publicações e divulgação internacional do projeto; além de um levantamento de dados e organização de um congresso do projeto previsto para 2015. O projeto acontece simultaneamente na Turquia, Sri Lanka e Quênia.

Parceiros:



Ministério do
Meio Ambiente



Foto: Publius Vergilius

Fundo Cidades Sustentáveis

O estudo avalia a viabilidade, o desenho e a implantação de um mecanismo para o financiamento da agenda ambiental e climática nos espaços urbanos brasileiros, para a criação do Fundo Cidades Sustentáveis.

As cidades têm um papel fundamental na mitigação de gases de efeito estufa (GEE) e na adaptação às alterações climáticas e seus impactos. Porém, os investimentos públicos e privados foram feitos com uma infraestrutura que não incorpora as variáveis sociais, climáticas e ambientais. Mudar estes investimentos depende também da criação de novos mecanismos financeiros que facilitem o acesso a recursos existentes e mobilizem novos recursos para apoiar agendas urbanas no longo prazo.

O projeto, iniciado em 2013, fará um levantamento inicial da demanda e dos recursos atuais disponíveis por setor, desenhará uma proposta para um mecanismo (financeiro e legal) e medirá o interesse de potenciais doadores para que o mecanismo seja

experimentado em uma fase inicial incubada pelo Funbio. Está em fase final o mapeamento de agendas, atores e do ambiente de financiamento. Os próximos passos são a análise de viabilidade do fundo, o mapeamento de riscos e o desenho inicial do futuro mecanismo, incluindo questões legais, financeiras, de governança, de gestão, e de administração, e momentos de validação e ajustes juntos a atores chave.

Parceiro:

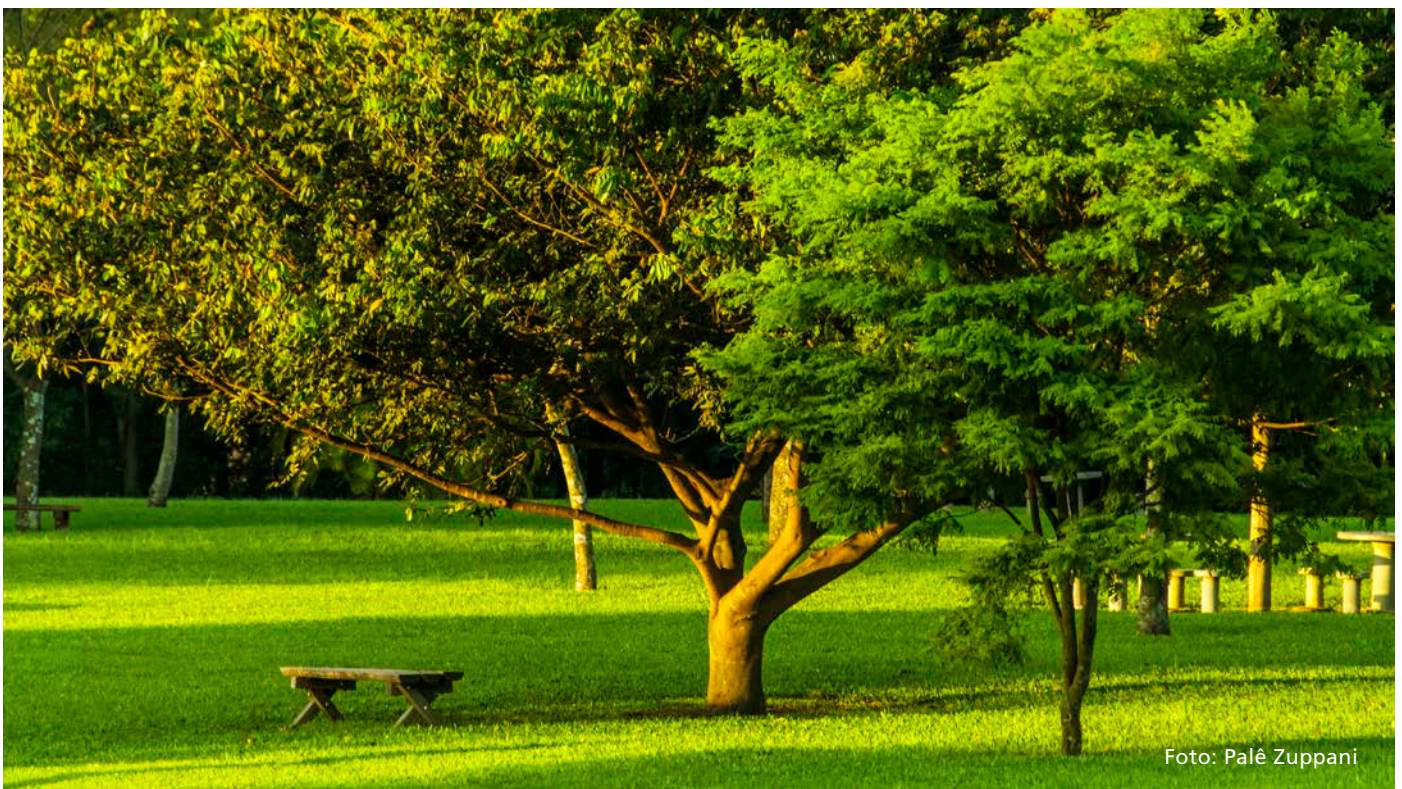


Foto: Palé Zuppani

Programa de Investimentos em Florestas dos Fundos de Investimentos em Clima - FIP

O Programa de Investimentos em Florestas (FIP), programa dos Fundos de Investimentos em Clima (CIF), apoia esforços de redução de desmatamento e degradação e promove o manejo florestal sustentável para reduzir emissões e aumentar os estoques de carbono florestal. O FIP apoia o Plano de Investimento do Brasil, que busca promover o uso sustentável das terras e a melhoria da gestão florestal no Bioma Cerrado, por meio de ações articuladas.

Este projeto pretende preparar a proposta brasileira ao Banco Mundial, na busca por aproximadamente 70 milhões de dólares, divididos entre doações e empréstimos. Desde o início do projeto, em 2012, foram realizadas reuniões com a participação de diversos ministérios e de representantes da sociedade civil e discutidas as quatro linhas de atuação do FIP no Brasil: o plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono); o Cadastro Ambiental Rural (CAR); um sistema de alerta para incêndios; e o inventário florestal do bioma.

Em 2013 foram iniciados os processos para contratação de consultores para a elaboração de diferentes análises (social, econômica e ambiental). Ainda durante o ano, deu-se continuidade à elaboração do Plano de Investimento do Brasil para o FIP e, por solicitação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), foi estendido o prazo para finalização do projeto. O Banco Mundial acatou a proposta e o prazo para o encerramento das atividades está previsto para junho de 2014.

Parceiros:



Ministério do
Meio Ambiente

Ministério da
Fazenda

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

Ministério da
Ciência e Tecnologia

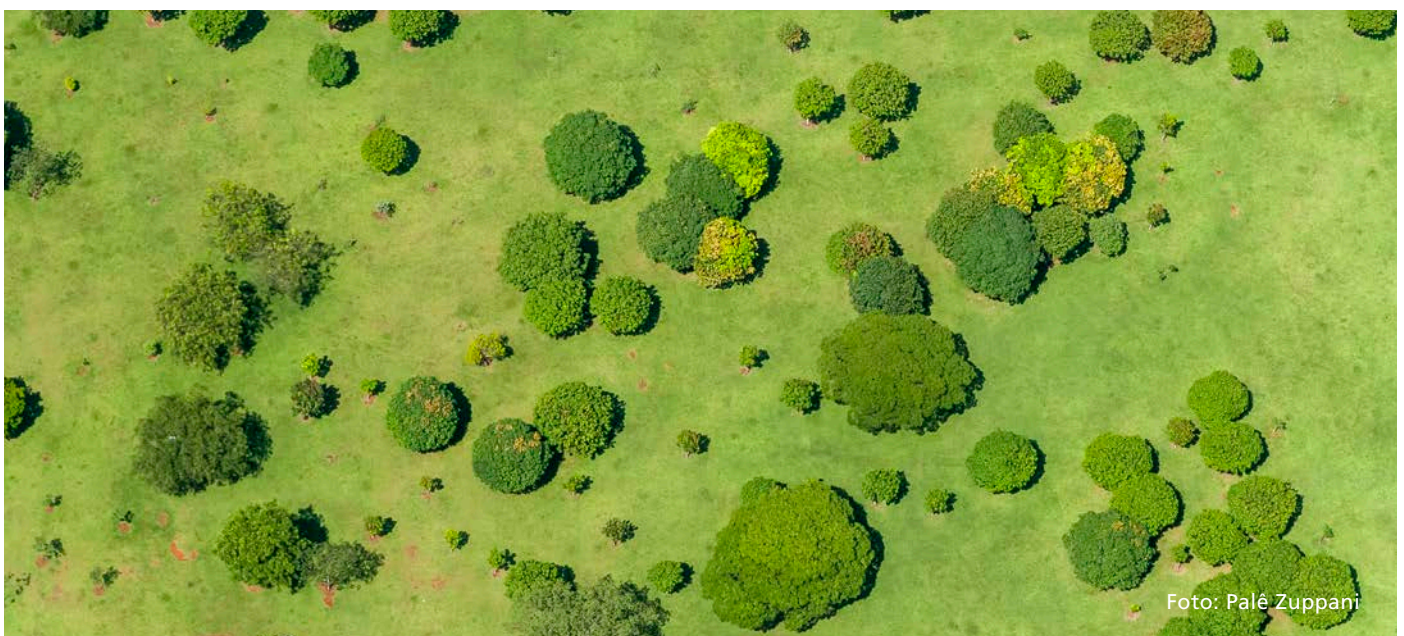


Foto: Palé Zuppani

Quanto Custa a Consolidação e Manutenção das Unidades de Conservação do Acre?

O estudo, financiado pelo WWF-Brasil, tem o objetivo de fazer uma projeção dos custos de consolidação e manutenção do Sistema de Unidades de Conservação do Acre e desenvolver uma estratégia de financiamento para as UCs do Estado.

Iniciado em abril de 2013, o estudo tem como meta estabelecer os custos de manutenção do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Acre, utilizando a modelagem desenvolvida no âmbito do programa Arpa nas UCs do Acre. Em 2013 o projeto fez a coleta de dados de caracterização das UCs; mapeou as fontes atuais de recursos para calcular lacuna de financiamento; e está finalizando uma projeção de fontes de potenciais financiadores, para desenvolver uma estratégia de financiamento.

Foi finalizado o relatório “Quanto Custa a Consolidação e Manutenção das Unidades de Conservação do Acre”. Esse relatório faz o mapeamento da demanda financeira por recursos das UCs do Acre para diferentes cenários de consolidação, englobando as unidades estaduais, federais e municipais.

O projeto, antes previsto para terminar ainda em 2013, teve seu prazo estendido para junho de 2014, para incluir componentes que completam o estudo: mapeamento das fontes atuais e potenciais de recursos. Esse mapeamento vai permitir o desenho de uma estratégia de financiamento para as unidades estaduais.

Parceiro:

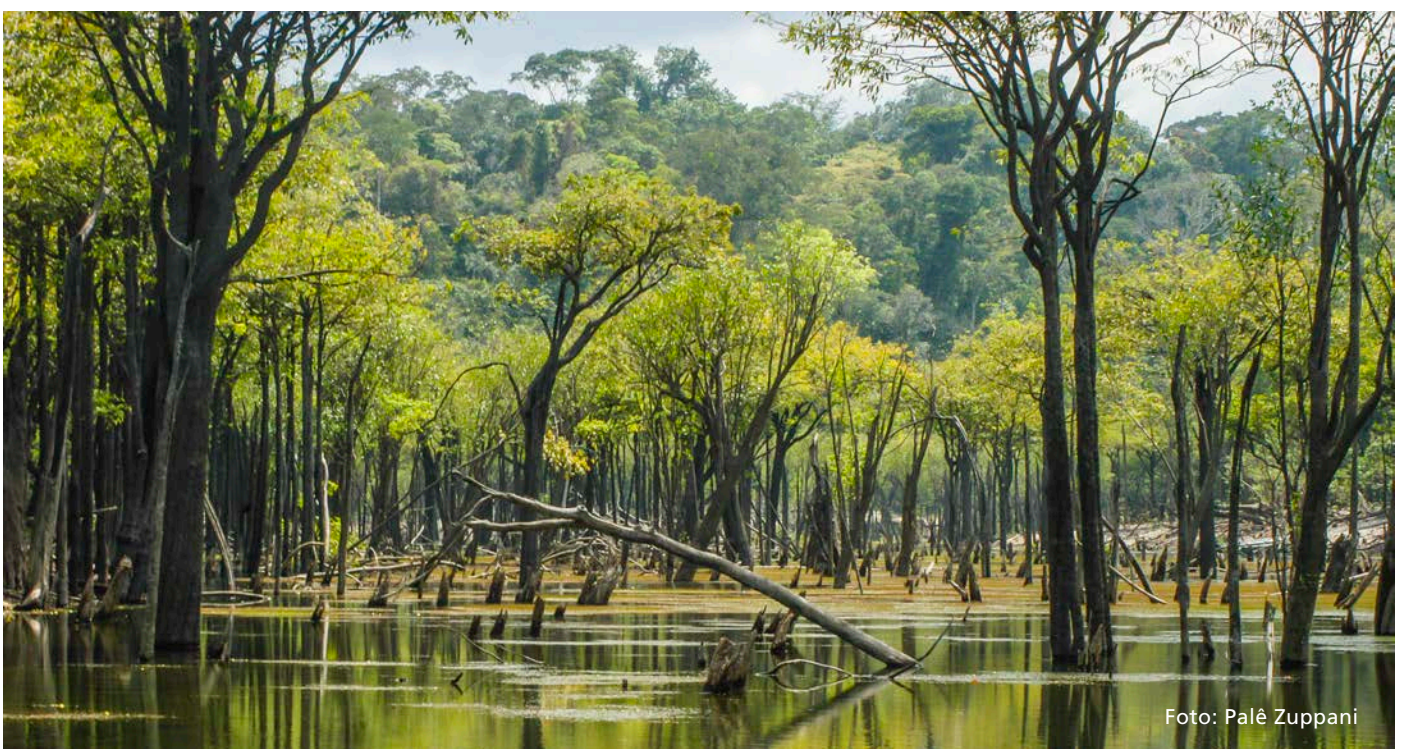


Foto: Palé Zuppani



Territórios Sustentáveis

“Desenvolvimento e conservação da biodiversidade não são incompatíveis se melhores práticas e zoneamento do uso da terra forem implementados desde o início.”

Rosa Lemos de Sá, secretária geral do Funbio

Foto: Palê Zuppani
Cabruca (Sistema Agroflorestal de Cacau)



Bioclima Paraná

O objetivo do projeto é apoiar a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) no desenvolvimento e implementação de instrumentos econômicos que contribuam para o fortalecimento da capacidade de gestão da instituição na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais do Estado do Paraná.

Durante o ano de 2013 foram aprimoradas as discussões envolvendo o desenho do modo de operação do Sistema de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Em parceria com as equipes da SEMA do Paraná e do Instituto Ambiental do Paraná, foi desenvolvida uma proposta de decreto para regulamentar o sistema previsto em lei, além de concluído o desenho da metodologia da modalidade de “Recursos Hídricos”. Também foram propostas formas de implementação do sistema no Estado. A metodologia foi desenvolvida com base na realidade do Paraná, nas principais estratégias de fomento do Governo e na capacidade de suporte das estruturas estaduais.

Nesse período também foram rediscutidas as bases da metodologia de valoração da modalidade “Unidades de Conservação”, especificamente Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), solicitada pelos representantes do Estado. Esse material está em processo de validação.

Outro importante componente do Bioclima Paraná é a execução da compensação ambiental no estado. Após a análise da gestão estadual desses recursos, realizada por meio da identificação dos atos normativos, dos atores-chave, dos fluxos de recolhimento e da execução destes recursos, foi estruturada uma proposta de desenho de um mecanismo para a execução da compensação ambiental. Para subsidiar as discussões internas, foi montado um grupo de trabalho com representantes do Funbio e do Governo do Estado, que elaborou uma sugestão de decreto para regulamentar o tema, incorporando as peculiaridades regionais.

Parceiros:

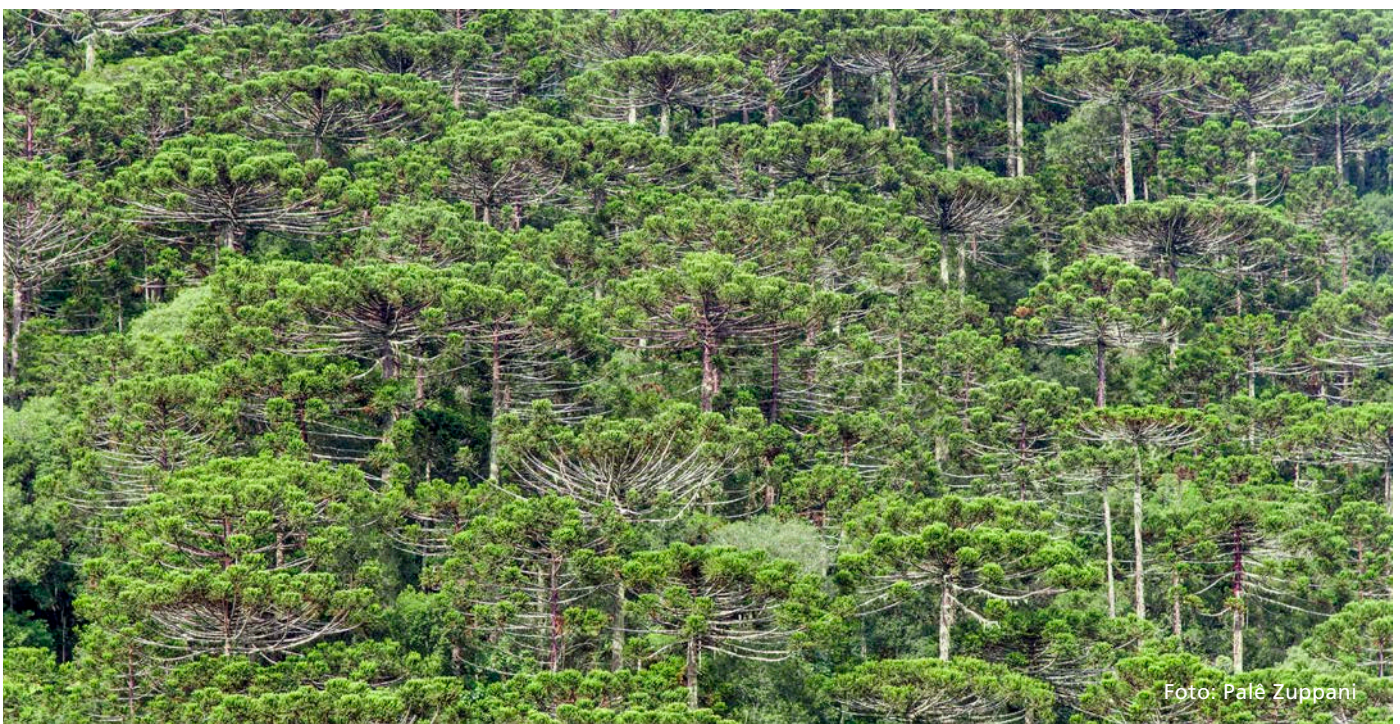


Foto: Paté Zuppani



Plano de Ação Socioambiental Klabin

O Plano, desenvolvido pelo Funbio, com o aconselhamento da consultoria Trama Brasil, para a empresa produtora e exportadora de papéis e celulose Klabin, tem como objetivo uma proposta de desenvolvimento para o território impactado direta e indiretamente pelas intervenções decorrentes da nova fábrica da Klabin. O plano abrange os municípios de Ortigueira (onde será construída a fábrica), Telêmaco Borba e Imbaú, no estado do Paraná.

Para o desenho do Plano, foram identificadas as particularidades da realidade local e o mapeamento das demandas e oportunidades da região. Para tanto, foram colhidas as percepções de aproximadamente 200 pessoas dos setores: público, privado, sociedade civil e da empresa Klabin. Os resultados desta pesquisa foram cruzados com dados secundários providos pelos governos federal, estadual e municipal. Como resultado foi elaborado um mapa das demandas locais e uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico para o território. Esta estratégia visa potencializar os efeitos positivos dos investimentos diretos decorrentes da implantação da nova fábrica no médio e longo prazo, além de orientar os investimentos voluntários da empresa no curto prazo. O diagnóstico e a estratégia passaram

por um amplo processo de consulta e validação social, como um embrião do que se pretende em termos de uma estrutura de governança local.

Em 2013 essa primeira fase foi finalizada e a estratégia territorial foi aprovada, localmente e pelos representantes da empresa, e será desenvolvida a partir de 2014. Essa nova proposta visa ampliar e diversificar o acesso a recursos de programas públicos e privados que contribuam para o desenvolvimento local, por meio da implantação de um escritório de projetos que apoie as prefeituras e a sociedade civil na elaboração de projetos. E também no desenho de um mecanismo financeiro que alavanque os investimentos necessários para realização da agenda estabelecida.

Parceiros:



Foto: Palé Zuppani



Economia Verde na Região Amazônica

O projeto tem como objetivo transformar o modelo econômico do município de São Félix do Xingu (PA) e tirá-lo da lista dos municípios embargados ambientalmente pelos altos índices de desmatamento e degradação florestal. Este projeto é realizado em parceria com a The Nature Conservancy (TNC) e com o financiamento do Prosperity Fund da Embaixada Britânica.

O Município de São Félix do Xingu (PA), com 84.213 km², ainda tem em torno de 73% da sua cobertura original de floresta, mas está no topo da lista de municípios que mais desmatam. A economia municipal, baseada principalmente na pecuária extensiva, ficou prejudicada depois que o município foi embargado ambientalmente pelo Ministério do Meio Ambiente, com parte dos produtores enfrentando restrições a créditos.

Há esforços crescentes para transformar o modelo econômico de São Félix do Xingu. O Funbio passou a integrar estes esforços, a partir de 2012, com este projeto que inclui o desenho de um mecanismo financeiro que contribua para a redução do desmatamento e da degradação florestal, o desenho de um arranjo para repartição de benefícios oriundos de projetos de REDD+ e o compartilhamento destas experiências no âmbito do Programa Municípios Verdes.

Em 2013, o arranjo para repartição de benefícios foi finalizado, bem como o desenho da estrutura do fundo, sua instituição legal e a elaboração de seu manual operacional. Também foram realizadas outras oficinas para desenvolver esses passos do projeto. O fundo, denominado Fundo Terra Verde (nome escolhido pelos participantes na última oficina em novembro de 2013), deve começar a rodar de forma experimental, assim que for capitalizado, para adequar seus fluxos e ferramentas em 2014.

Esta iniciativa derivou do projeto “Preparando o Brasil para o REDD+”, do qual o Funbio também participa e que tem foco nos estados de Mato Grosso e Pará, mas que também estuda o contexto do município de São Félix do Xingu.

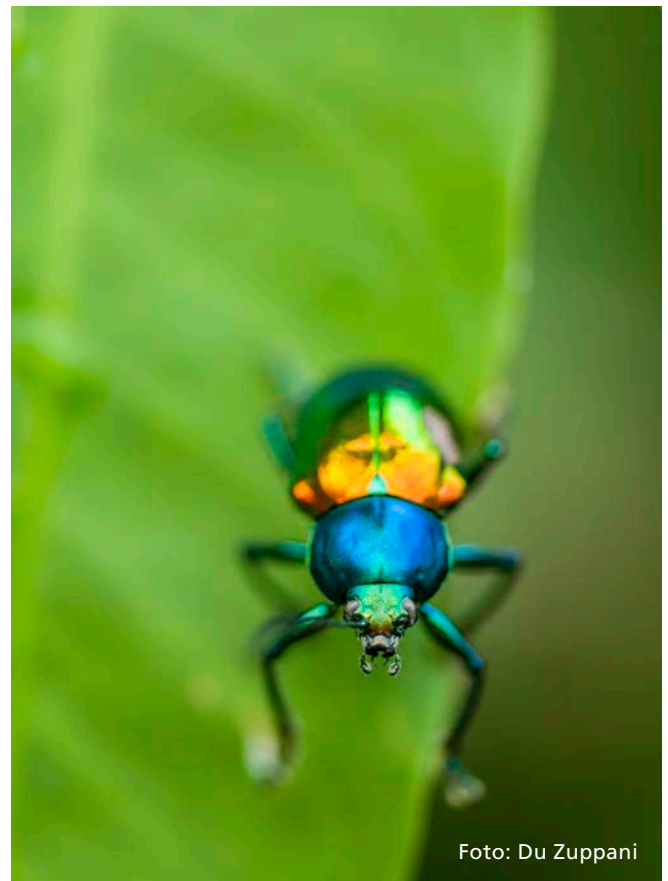


Foto: Du Zuppani

Parceiros:



Preparando o Brasil para o REDD+

O objetivo do projeto é promover o fortalecimento dos governos estaduais e municipais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa provenientes do uso da terra, com a adoção de melhores práticas de gestão de terras privadas, visando apoiar o processo de transição para uma economia de baixo carbono nos estados de Mato Grosso e Pará. A iniciativa, financiada pela USAID, é implementada por meio de um consórcio, liderado pela The Nature Conservancy (TNC) e integrado pelo Funbio, pelo Instituto Socioambiental (ISA), pelo Environmental Defense Fund (EDF) e pelo Instituto Centro de Vida (ICV).

Cabe ao Funbio desenvolver um instrumento econômico de estímulo a melhores práticas agropecuárias. O Município de São Félix do Xingu (PA), um dos três municípios com maiores rebanhos bovinos do país e alto índice de desmatamento, foi escolhido pela equipe do projeto como estudo de caso. Para isso, foram levantados dados e estudados aspectos sociais, econômicos e ambientais das principais cadeias produtivas deste município. Os estudos comprovaram a ineficiência do modo de produção baseado na pecuária extensiva que não é capaz de garantir uma efetiva geração e distribuição de riqueza, e concluiu a proposta de um instrumento econômico de isenções fiscais baseado na adoção de práticas sustentáveis.

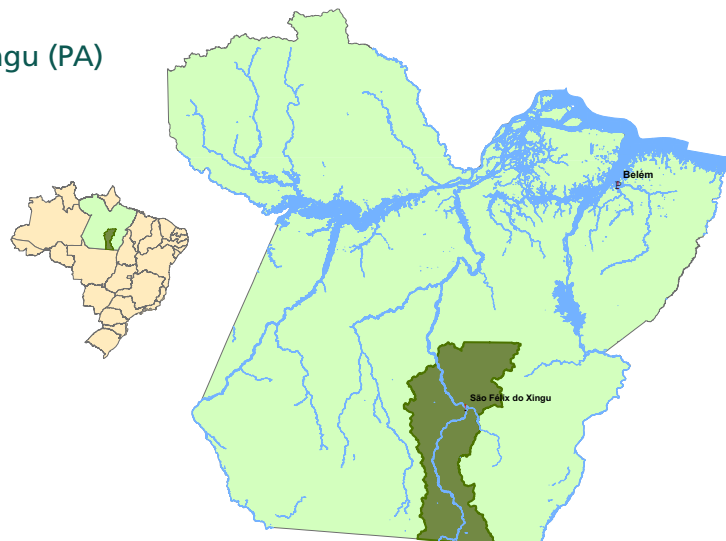
O projeto foi finalizado em 2013 e como principais resultados pode-se destacar o encaminhamento do desenho do mecanismo financeiro construído em parceria com a comunidade local. E uma publicação com os principais resultados e lições aprendidas no processo de desenho do Fundo Terra Verde - São Félix do Xingu.

Deste projeto, derivou o projeto "Economia Verde na Região Amazônica", desenvolvido pelo Funbio em parceria com a TNC, por meio de financiamento da Embaixada Britânica, que visa complementar o projeto financiado pela USAID contribuindo para implementação da Agenda do Pacto para o Fim do Desmatamento Ilegal do Município de São Félix do Xingu.

Parceiros:



Município de São Félix do Xingu (PA)





Programa Juruti Sustentável



O Fundo Juruti Sustentável (Funjus) é uma experiência inovadora de apoio financeiro à implementação de projetos socioambientais no município de Juruti, no estado do Pará. Desenvolvido pelo Funbio, integra a estratégia de desenvolvimento Juruti Sustentável, que abrange também o fórum consultivo denominado Conselho Juruti Sustentável (Conjus) e os Indicadores de Desenvolvimento, com uma linha de base sistematizada pela Fundação Getúlio Vargas (GV-CES) em uma metodologia de construção conjunta com a comunidade.

Em 2013, optou-se pela transferência da gestão das secretarias executivas do Funjus e do Conjus para atores locais, mantendo a gestão financeira no Funbio. Também se iniciou a transferência para atores locais do apoio operacional dado ao Conjus. O Funbio irá fazer uma capacitação dos novos executores, com a transferência de conhecimento sobre gestão de projetos e orientações importantes sobre mecanismos de controle. Além disso, o Funbio irá supervisionar as atividades desenvolvidas pelo Funjus, dando suporte à nova secretaria executiva, bem como fará a gestão dos recursos do Funjus. Após o período de 18 meses, espera-se que os membros do Funjus tenham autonomia e preparo para lidar com o ativo do fundo, em conformidade com as melhores práticas de fomento.

Ainda em 2013, o Funbio, em parceria com a Alcoa, utilizou uma série de produtos de comunicação para a captação de recursos, com destaque para um vídeo documentário filmado em Juruti, em novembro de 2012. O vídeo conta a trajetória do fundo e seus anseios para o futuro, por meio da visão dos atores locais. Também foi elaborado um documento final, em conjunto com Conselho Juruti Sustentável, contendo as prioridades para o desenvolvimento do município.

Outras parcerias foram iniciadas com o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (Ideflor), Pará Rural, BNDES, Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Natura e Grupo Orsa. Além disso, foi preparado o lançamento do edital de cadeias produtivas como mecanismo de implementação do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas Para Biodiversidade (Probio II). Os recursos do Probio II aportarão ao Funjus uma contrapartida de cerca de 700 mil reais, vindos do Global Environment Facility (GEF), por meio do Banco Mundial, para o financiamento de projetos voltados ao desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis.

Parceiros:



Ministério do
Meio Ambiente



Foto: Publius Vergilius



Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (Probio II)

A iniciativa tem como objetivo mobilizar setores produtivos a adotarem princípios e práticas de conservação e uso sustentável da biodiversidade em seus negócios. O Funbio promove ações de engajamento do setor privado, visando impulsionar a transformação dos modelos de produção, consumo e de ocupação do território nacional. O projeto tem recursos do Global Environment Facility (GEF), por meio do Banco Mundial, que dedicou um total de 22 milhões de dólares para os parceiros da iniciativa.



O ano de 2013 marcou o início da implementação de todos os subprojetos do Probio II administrados pelo Funbio; do desenvolvimento da Base do Conhecimento, ferramenta de gestão de conteúdo que servirá ao Probio II e ao Funbio; e também foi finalizado o Plano de Ação para Conservação da Biodiversidade 2013-2020, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O Probio II foi tema da Reunião do Conselho Consultivo do Funbio em agosto. O foco do encontro foi apresentar os territórios que receberão ações do projeto: Juruti, Sul da Bahia, Mato Grosso do Sul, Vale do Ribeira, e Pampa. Foram apresentadas e discutidas as estratégias de atuação para cada território e apontadas suas contribuições para o alcance das metas da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) para 2020, bem como os parceiros em cada território.

Parceiros:



Foto: Renata Zambianchi



Fundos

“A gente tem que imaginar sistemas de financiamentos que levem em consideração o fato de que as coisas não estarão prontas em curto prazo.”

Roberto Waack, conselheiro do Funbio

Foto: Palé-Zuppani
Peixes nas piscinas naturais de Porto de Galinhas - PE

Carteira Fauna Brasil



A Carteira de Conservação da Fauna e dos Recursos Pesqueiros Brasileiros - Carteira Fauna Brasil é um mecanismo financeiro que recebe recursos provenientes de sanções penais, multas administrativas ambientais, doações, patrocínios e outras fontes. Fruto de uma parceria com o Ibmama, o ICMBio e o Ministério Público Federal, tem por objetivo financiar programas e projetos de conservação da fauna brasileira.

Desde seu início, em 2007, a Carteira já apoiou a execução de 11 projetos de conservação da fauna brasileira ameaçada de extinção, como peixes recifais, tartarugas marinhas, mamíferos marinhos (dentre os quais toninha, baleia jubarte e peixe-boi), felinos de médio e grande porte da região norte de Rondônia, papagaio da cara roxa e ararinha-azul.

Em 2013, o projeto de conservação da Ararinha Azul, chamado de Ararinha na Natureza, em parceria com o ICMBio e a SAVE Brasil, e recursos da Vale, realizou o transporte de indivíduos de ararinhas-azuis da Espanha e da Alemanha para o Brasil, que após o período de quarentena, foram encaminhadas a um criadouro, onde foram pareadas e futuramente se iniciarão os estudos para reprodução. Ainda foram realizados estudos socioeconômicos e fundiários na área de ocorrência da espécie no passado, a região de Curaçá (BA), para determinar a melhor área para criação de uma Unidade de Conservação federal. Nessa mesma área está sendo feito o levantamento de espécies e o seu estado sanitário, visando à futura reintrodução das ararinhas-azuis na região. Atividades educativas em escolas e associações também foram realizadas, em parcerias com prefeituras locais.



O Projeto de Monitoramento de Sirênios na Bacia Potiguar, fruto de um contrato assinado com a Petrobras e o Centro de Mamíferos Aquáticos (CMA/ICMBio) para cumprimento de condicionantes de licença ambiental, realizou em 2013 uma expedição para recaptura dos dispositivos de monitoramento por satélite colocados em indivíduos de peixes-bois nativos. Nessa expedição aproveitou-se para realizar novas coletas de materiais biológicos e medidas morfométricas desses indivíduos. Ainda, com o intuito de dar continuidade ao trabalho de monitoramento satelital, foi realizada a troca dos dispositivos nos indivíduos recapturados.



Parceiros:

Fundo Kayapó

Fundo patrimonial criado para apoiar organizações Kayapó no longo prazo e aumentar a capacidade das Terras Indígenas Kayapó de manterem sua integridade física. Este é o primeiro fundo deste tipo apoiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Fundo Amazônia, em parceria com a Conservação Internacional (CI).

O primeiro ciclo de investimentos do Fundo se encerrou em abril de 2013. A partir das informações relativas aos rendimentos do Fundo, a Comissão de Doadores definiu o montante que poderia ser disponibilizado para apoio a projetos, no valor de 660 mil reais. Paralelamente, foi realizado o diagnóstico sobre a qualidade de vida e integridade física das terras Kayapó. Este estudo servirá como linha de base para avaliação dos resultados alcançados pelo Fundo, após alguns anos de execução.

O Fundo conta com manual operacional aprovado, comissão técnica e comitê de doadores, ferramentas

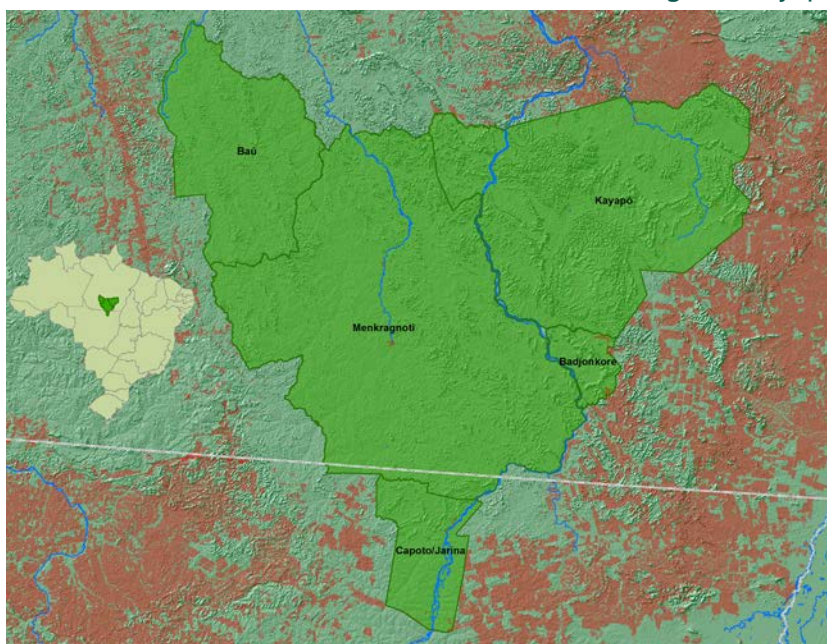
importantes para a operação e boa governança do mecanismo. Ainda no primeiro semestre foi lançado o edital 01/2013, e das três propostas apresentadas, a Comissão Técnica selecionou dois projetos, das instituições Associação Floresta Protegida e Instituto Raoni. Após o cumprimento de todos os trâmites legais e de documentação, os recursos serão liberados no início de 2014.

O Funbio é o gestor do fundo, que conta com 15,5 milhões de reais e pretende apoiar projetos formulados por organizações indígenas Kayapó que atuam em uma área de 10,6 milhões de hectares, habitada por cerca de sete mil indígenas desta etnia.

Parceiros:



Terras Indígenas Kayapó



Fundo Paiter Surui

O Fundo Paiter Surui é um mecanismo financeiro voltado para implantar o Plano de Gestão da Terra Indígena Sete de Setembro, segundo princípios de boa governança e transparência, onde os conselhos representativos indígenas participam ativamente das decisões. Os recursos financeiros obtidos pela venda dos créditos de carbono e os recursos provenientes de outras fontes serão partes integrantes do Fundo Paiter Surui, que tem o Funbio como responsável pelo seu desenho e por sua gestão financeira.

Os índios Surui lutam pela conservação de seus recursos naturais, e na última década, liderados por Almir Surui, elaboraram um plano estratégico de 50 anos para a conservação, proteção e sustentabilidade de suas terras. Para financiar este plano, desenvolveram um projeto de carbono de REDD+ e um fundo para receber os recursos financeiros obtidos pela venda dos créditos de carbono, além de recursos de outras fontes. O Funbio desenhou e faz a gestão do fundo que financia projetos propostos pelas associações do povo Surui.

Em novembro de 2013 foram realizados os primeiros desembolsos de recursos para as associações. O Funbio também elaborou o manual de operação para o fundo, e com ele realizou cinco oficinas para a capacitação dos índios, que aprenderam a usar as ferramentas de gestão, elaborar propostas de projetos e fazer a prestação de contas. Os recursos obtidos com a primeira venda dos créditos de carbono, da ordem de 1,2 milhões de reais, para a empresa Natura, terão sua execução iniciada em 2014. Os recursos serão investidos em projetos de produção sustentável, artesanato e projetos culturais propostos pelas associações e aldeias.

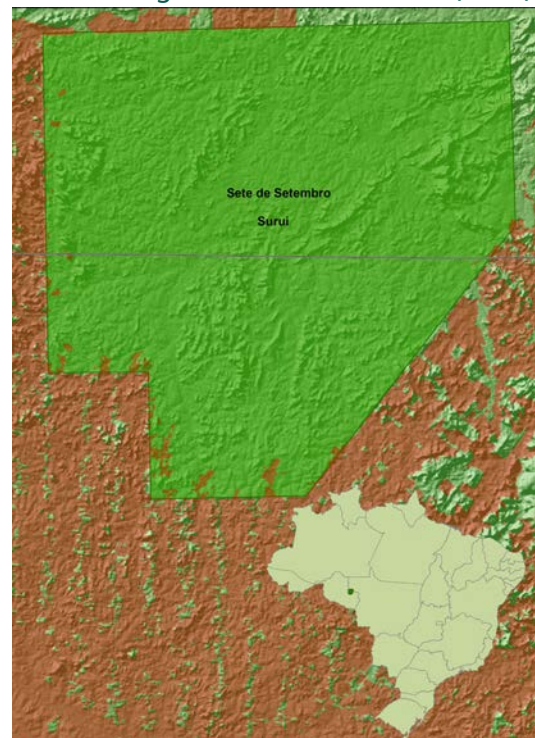
Parceiros:



Projeto Carbono Florestal Surui

Este contrato refere-se à primeira venda de 120 mil VCUs (Verified Carbon Units) para o programa de compensação voluntária de emissões de GEE da Natura. O total de redução de emissões desta primeira safra é de 251,530 tCO₂e. A Natura comprou parte dos créditos sendo que os restantes estão em negociação. O Funbio, a Natura e a Associação Metareilá assinaram um contrato de comercialização destes créditos do qual consta um Plano de Trabalho que define como serão aplicados os recursos, que irão financiar atividades de proteção, fiscalização, produção sustentável e melhoria da capacidade local, objetivando a conservação ambiental e o fortalecimento cultural do povo Paiter Surui.

Terra Indígena Sete de Setembro (Surui)





Redes

“Acreditamos que transferir nosso aprendizado a outros fundos agrega ainda mais valor a nossa experiência, já que ser um modelo na conservação faz parte da nossa visão de futuro.”

Álvaro de Souza, conselheiro do Funbio



CFA – Conservation Finance Alliance



CONSERVATION FINANCE ALLIANCE

A CFA é uma rede global que contribui para o intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas em finanças da conservação, realizando reuniões, debates, pesquisas e publicações.

Em 2013, a CFA fechou o ano com mais de 445 membros voluntários em 101 países entre representantes de governos, agências multilaterais, ONGs, empresas e instituições acadêmicas.

Foram desenvolvidos e apresentados três estudos sobre finanças da conservação: *Conservation Trust Funds Investment Survey 2012* (CTIS 2012), *Comparative Advantages of CTFs and Project Approach to support Protected Areas Systems* (Phase II) e *Practice Standards for Conservation Trust Funds*, totalizando onze estudos produzidos desde o início do projeto em 2008.

Em Setembro, durante a 3ª Assembleia da rede *Consortium of African Funds for the Environmental* (CAFÉ), em Antsiranana, Madagascar, foi apresentada pelo Funbio a versão preliminar do estudo *Practice Standards for Conservation Trust Funds*.

Em Novembro, durante a 15ª Assembleia da RedLAC, em San José, Costa Rica, a CFA apresentou os estudos CTIS 2012 e *Practice Standards for CTFs*, com a participação de membros que trabalharam nos projetos.

O Comitê Executivo da CFA se reuniu após o término deste evento, a fim de definir as próximas atividades envolvendo a rede. Temas como o Plano de Trabalho para 2014, sustentabilidade financeira e eventos internacionais (COP-12 - *Conference of the Parties* e WPC - *World Parks Congress*) foram abordados.

O Funbio permanece como Secretaria Executiva da CFA até o fim de 2014, e prepara a apresentação para o 6º *World Parks Congress da International Union for Conservation of Nature* (IUCN), que será realizado em Novembro de 2014, em Sydney, na Austrália. A CFA foi convidada para liderar as discussões a respeito do tema de finanças da conservação durante o Congresso e compor o grupo de especialistas para o *World Commission on Protected Areas* (WCPA). Dentre as atividades planejadas estão apresentações, *workshops* e *knowledge cafés*. Todos os estudos já apresentados pela CFA estão disponíveis no site da rede.

www.conservationfinance.org
toolkit.conservationfinance.org

Parceiros:



Ecofunds Database

Uma base de dados colaborativa da Rede de Fundos Ambientais da América Latina e Caribe (RedLAC) para mapear investimentos, organizações e projetos intermediados pelos fundos ambientais da rede. Ela permitirá que os fundos promovam suas iniciativas, aumentem a transparência dos investimentos e avaliem o contexto de financiamento ambiental em regiões ou temas específicos.



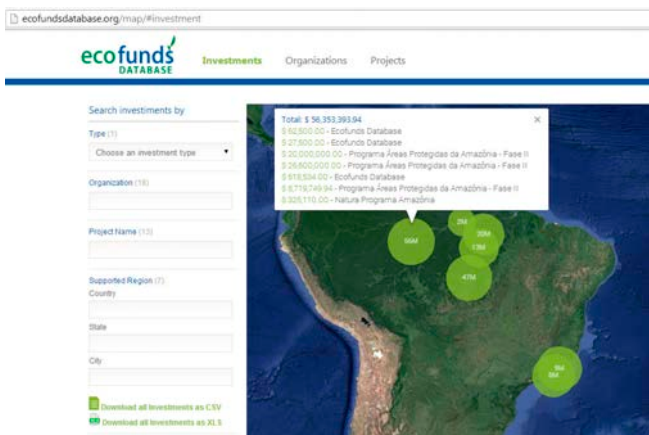
O Ecofunds é o primeiro projeto administrado em conjunto por membros da RedLAC. É coordenado pelo Funbio, com o apoio dos outros fundos da rede, e financiamento das fundações Gordon and Betty Moore, Avina e Skoll. Este projeto vem sendo discutido e idealizado desde 2008 e já passou por diversas mudanças de conceito. Inicialmente, a ideia consistia na criação de uma base de dados de todo e qualquer investimento em conservação na região Andes-Amazônia. Hoje o Ecofunds busca mapear somente os investimentos dos fundos ambientais, com informações precisas que o Funbio pode acessar por meio da confiança estabelecida entre os membros da RedLAC. Já em termos de alcance geográfico, o sistema ampliou sua ambição, cobrindo toda a região da América Latina e Caribe.

Em novembro de 2013 foi lançada, durante a 15ª Assembleia da RedLAC na Costa Rica, o Ecofunds 2.0, com uma plataforma mais simples de usar, que mostra a concentração de recursos no mapa e permitindo ao

usuário baixar as informações completas sobre projetos, organizações e investimentos cadastrados.

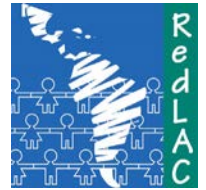
O desafio para 2014 é buscar novos apoiadores e reunir informações detalhadas dos projetos financiados pelos fundos da RedLAC, o que permitirá um panorama preciso dos totais aportados para a conservação, dos principais financiadores e executores de projetos em cada país e em toda a região. A RedLAC planeja ainda oferecer o sistema para os fundos ambientais da África membros da rede parceira Consortium of African Funds for the Environment (CAFÉ), posteriormente.

Parceiros:



Projeto de Capacitação da RedLAC para Fundos Ambientais

O Projeto tem como objetivo fortalecer os fundos em sua operação e no uso de mecanismos financeiros inovadores que reduzam a dependência de doações e diversifiquem as fontes de recursos. O projeto, que reúne os fundos da América Latina, Caribe e África, promove a troca de experiências; a sistematização de estudos de casos e melhores práticas; a construção de metodologias em grupos de trabalho; e projetos piloto para testar novos mecanismos.



Em 2013, foram realizadas mais duas oficinas de capacitação, totalizando nove oficinas realizadas que atenderam a 119 representantes de 54 fundos de 33 países, desde o início do projeto em 2010. Em setembro, a 8ª oficina foi em Madagascar sobre Estratégias de Governança para Fundos Ambientais, na ocasião da 3ª Assembleia do CAFÉ - Consortium of African Funds for the Environment. Nesta oficina participaram os diretores executivos dos fundos africanos e membros de seus conselhos, para discutir técnicas e experiências de sucesso em governança institucional.

Em novembro, na Costa Rica, os fundos discutiram mecanismos para mobilização de recursos para temas ambientais na 9ª oficina, que ocorreu junto da 15ª Assembleia da RedLAC. Este encontro proporcionou uma revisão de todos os conteúdos abordados nas oito oficinas anteriores, já que reuniu conteúdo atualizado sobre mecanismos de mercado e melhores práticas operacionais, vistos como requerimentos para um fundo ambiental ter condições de mobilizar recursos.

Foi assinado também o acordo para testar um novo formato de colaboração entre dois fundos, chamado de 'EF to EF mentoring'. Esta atividade pretende uma troca de experiências mais pontual, onde gargalos de um dos fundos é trabalhado em conjunto com o outro mais experiente nestas questões. Dois projetos de mentoring estão programados para 2014: o Fondo Acción da Colombia trabalhará com o FUNDESNAP da Bolívia; e o Funbio trabalhará com o recém-criado Biofund em

Moçambique. O Funbio é também o responsável pela logística e, posteriormente, pela divulgação dos resultados das duas experiências.

O projeto conta ainda com um grupo de trabalho sobre monitoramento de impacto dos fundos em Áreas Protegidas, que testou em 2013 uma metodologia desenvolvida pelo grupo especificamente para a realidade dos fundos ambientais. Os resultados deste teste serão publicados em 2014, juntamente com a metodologia final.

Este projeto conta com financiamento do Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM) e da Fundação Gordon e Betty Moore, totalizando um investimento de US\$ 1,9 milhão por parte dos doadores, e cerca de US\$ 1 milhão por parte dos fundos participantes. Em 2013, a RedLAC e a rede CAFÉ se reuniram em uma oficina de planejamento para desenvolver um segundo programa de fortalecimento que atenda aos fundos das duas regiões a partir de 2015.

Acesse www.redlac.org para saber mais

Parceiros:



GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION



Foto: Arquivo Funbio
Oficina de Capacitação da RedLAC
em San Jose (Costa Rica)



Transparência

Para garantir que os recursos recebidos sejam otimizados e investidos nos projetos de conservação, o Funbio realiza um trabalho de gerenciamento financeiro e de compras e contratações, apoiando os parceiros na elaboração de planos operativos anuais, planejando a demanda dos projetos e realizando o aporte de recursos, na forma de bens, contratação de serviços ou desembolso de recursos financeiros. Todo este trabalho é monitorado e reportado aos financiadores e doadores permanentemente, assegurando a transparência no uso dos recursos.

A Comissão de Gestão de Ativos, formada por membros do Conselho Deliberativo e especialistas convidados, se responsabiliza pela seleção do gestor profissional de ativos, pela política de investimento dos diferentes fundos administrados pelo Funbio, e pelo acompanhamento dos resultados. À Comissão de Finanças e Auditoria, formada por membros dos Conselhos Deliberativo e Consultivo, cabe a avaliação da gestão financeira do Funbio, revisão e recomendação para aprovação dos relatórios das demonstrações financeiras.

Aplicações financeiras no país e no exterior relativas a fundos e recursos administrados em programas e projetos pelo Funbio:

R\$ 369
milhões

Recursos de terceiros vinculados a projetos:

R\$ 353
milhões

Fundo de recursos do Funbio (próprios):

R\$ 14,5
milhões





Auditoria Interna

A área de auditoria interna se aprofunda em aspectos de controle, na integridade dos dados contábeis e financeiros e, principalmente, na identificação e no tratamento de possíveis distorções ou disfunções das operações do Funbio. Entre suas atribuições está o apoio ao cumprimento de melhores práticas gerenciais, para assegurar um adequado ambiente de controle e de segurança das operações. Por ser uma função independente e um instrumento que deriva em todos os níveis da organização, desenvolve uma adequada relação de trabalho entre as áreas, apoiando e promovendo melhorias nos processos, sendo, sobretudo, uma referência para a implantação e o engajamento das melhores práticas de governança organizacional.

Auditoria Externa

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e notas explicativas, encontram-se no site:

www.funbio.org.br/transparencia/auditoria





Rede Funbio



EMPRESAS

Alcoa
BP
Eneva
Klabin
Natura
O Boticário
OGX
Petrobras
Vale

PARCEIROS DO SETOR PÚBLICO

Fundo Amazônia – BNDES
IBAMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Instituto Estadual do Ambiente - Inea
Ministério de Minas e Energia – MME
Ministério do Meio Ambiente - MMA
Ministério Público Federal
Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro - SEA/RJ
SEMA – Paraná
SEDAM – Rondônia
SEMA – Pará
SEMA – Amapá

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Agência de Cooperação Técnica Alemã - GIZ
Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID
Banco Alemão de Desenvolvimento - KfW
Entwicklungsbank
Banco Mundial
Environmental Defense Fund - EDF
Fonds Français pour l'Environnement Mondial -

FFEM/AFD

Global Environment Facility - GEF
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA
Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha - BMU
United Nations Environment Programme – UNEP
União Europeia

PARCEIROS INTERNACIONAIS

Alcoa Foundation
Climate and Land Use Alliance - Clua
Climate Works
Consortium of African Funds for the Environment - Café
Fondation Internationale du Banc d'Arguin - FIBA
Forest Trends
Fundação Gordon e Betty Moore
Fundación Avina
International Tropical Timber Organization (ITTO)
Latin America Regional Climate Initiative - LARCI
Linden Trust for Conservation
Mava Foundation
RedLAC - Red de Fondos Ambientales de Latinoamérica y el Caribe
Skoll Foundation
The Munden Project
The Nature Conservancy - TNC
Wildlife Conservation Society
WWF-US

TERCEIRO SETOR

Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins - APA-TO



Rede Funbio

Ambiente Brasil Centro de Estudos
Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura
Alternativa - ASPTA
Associação Brotar e Crescer
Associação Civil Muriqui de Desenvolvimento
Sustentável - Associação Pró-Muriqui
Associação de Desenvolvimento de Produtos da
Sociobiodiversidade - FITOVIDA
Associação de Educação e Assistência Social Nossa
Senhora da Assunção - ANSA
Associação de Pesquisa e Preservação de
Ecossistemas Aquáticos - AQUASIS
Associação de Preservação do Meio Ambiente e da
Vida - APREMAVI
Associação dos Amigos do meio Ambiente - AMA
Associação Flora Brasil
Associação Floresta Protegida - AFP
Associação Metareilá
Associação Mico-Leão-Dourado - AMLD
Associação Movimento Mecenaz da Vida -
Movimento Mecenaz da Vida
Associação Onça Dágua de Apoio a Unidades de
Conservação do Tocantins, Associação Instituto
Araguaia de Proteção Ambiental e Naturatins
Associação para a Conservação das Aves do Brasil -
SAVE BRASIL
Associação para a Proteção da Mata Atlântica do
Nordeste - AMANE
Associação Plantas do Nordeste - APNE
Associação Técnico Científica Ernesto Luiz Oliveira
Júnior - ATECEL
Caipora Cooperativa para Proteção e Conservação
dos Recursos Naturais
Centro Brasileiro de Estudos em Ecologia de
Estradas - CBEE/Fundação de Desenvolvimento
Científico e Cultural - FUNDECC
Centro de Desenvolvimento Agroecológico - SABIÁ
Centro de Desenvolvimento Agroecológico do
Cerrado - CEDAC
Centro de Desenvolvimento Agroecológico do
Extremo Sul da Bahia - TERRA VIVA
Centro de Estudos e Pesquisas para o
Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia -
CEPEDES
Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste -
Cepan
Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da
Mata - CTA-ZM
Centro Ecológico - CE
Centro Vianeí de Educação Popular - Associação
Vianeí de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho,
Educação, Cultura e Saúde - AVICITECS
Comissão Ilha Ativa - CIA
Conservação Internacional - CI-Brasil
Cooperafloresta - Associação dos Agricultores
Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis
Cooperativa Mista de Agricultores Familiares,
Extrativistas, Pescadores, Vazanteiros e Guias
Turísticos do Cerrado - COOPCERRADO
Crescente Fértil - Projeto Ambientais, Culturais e de
Comunicação
Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
(Embrapa/Cenargen) - Eliseu Alves
Fundação BioGuiné
Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola - FUNDAG
Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Extensão -
FUNEP
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
Institucional, Científico e Tecnológico da
Universidade Estadual de Ponta Grossa - FAUEPG
Fundação Espírito-santense de Tecnologia - FEST
Fundação Flora de Apoio à Botânica
Fundação Getúlio Vargas -GV-CES
Fundação Matutu
Fundação Neotrópica do Brasil - FNB
Fundação para o Desenvolvimento Sustentável da
Terra Potiguar - FUNDEP
Fundação Pró-Natureza - FUNATURA
Fundação SOS Pró-Mata Atlântica
Instituto Alto-Montana da Serra Fina
Instituto Ambiental Brasil Sustentável - IABS
Instituto Ambiente em Foco - IAF
Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata
Atlântica - IA-RBMA
Instituto Brasileiro de pesquisas e Estudos
Ambientais - Pró-Natura
Instituto Centro de Vida - ICV
Instituto de Ecologia Social Carnaúba - IESC
Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata
Atlântica - IPEMA
Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica - IPEMA
Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ
Instituto Floresta Viva
Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB
Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e
Cidadania do Vale do Ribeira - IDESC
Instituto Pri-Matas para a Conservação da
Biodiversidade - Pri-Matas
Instituto Pro Terra
Instituto Raoni
Instituto Semeia
Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN



Instituto Socioambiental - ISA
Instituto Terra Brasilis
Instituto Terra de Preservação Ambiental - ITPA
Instituto Walden - Tempo, Homem e Natureza
Instituto Xopotó para o Desenvolvimento Social,
Econômico, Ambiental
Instituto Ynamata de Desenvolvimento Sócio-
Econômico e Conservação da Natureza
Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais
ONG Pátio das Artes: Pró-Mata
Organização da Conservação de Terras do Baixo Sul
- OCT
Organização Sertaneja dos Amigos da Natureza -
SOS SERTÃO

Programa De Educação Ambiental - Prea
Rede de Sementes do Cerrado
Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e
Educação Ambiental - SPVS
Sociedade Nordestina de Ecologia - SNE
The Green Initiative - Iniciativa Verde
União Brasileira de educação e ensino - UBEE/
Instituto Marista de Solidariedade - IMS
WCS/Brasil - Associação Conservação da Vida
Silvestre
WWF - Brasil



Foto: Du Zuppani

Créditos

Texto: Camila Monteiro e Renata Zambianchi

Revisão: Mônica Ferreira

Projeto Gráfico: qx3

Tradução: Rebecca Atkinson

IMAGENS

Du Zuppani e Palê Zuppani (www.fotonatural.com.br), Roberto Rangel (www.rrangel.com.br), Alexandre Loureiro, Renata Zambianchi, Publius Vergilius e Arquivo Funbio.

TIPOLOGIA

Frutiger

Publicado em junho de 2014.

Agradecemos o envolvimento de toda a equipe do Funbio na produção e revisão deste relatório e aos fotógrafos parceiros que cederam imagens.